



Revita Engenharia S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Demonstrações do valor adicionado	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Revita Engenharia S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Revita Engenharia S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para opinião com ressalva

Recebíveis pendentes há longa data

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 7, a Companhia possui contas a receber vencidas há longa data, no montante de R\$ 18.764 mil cuja realização depende do sucesso nas negociações e ações judiciais de cobrança. A Administração da Companhia acredita não haver riscos na realização desses créditos e, dessa forma, conclui não ser necessário o reconhecimento de provisão para crédito de liquidação duvidosa. Considerando a falta de evidências suficientes, até o momento, quanto à realização dessas contas a receber, não nos foi possível, nas circunstâncias, concluir quanto à adequação da provisão para o crédito de liquidação duvidosa registrado pela Companhia.

Empreendimentos controlados em conjunto

A Administração optou por combinar a totalidade dos saldos de ativos, passivos, receitas e despesas dos empreendimentos controlados em conjunto Viasolo Engenharia Ambiental S.A., Inova Gestão de Serviços Urbanos S.A., Boechat do Bairro Tratamento de Resíduos, Coleta e Conservação Ltda., Abrantes Ambiental Ltda., Alfnas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda. e SBC Valorização de Resíduos S.A. Os registros da Companhia indicam que se a Administração tivesse consolidado essas entidades pelo método da consolidação proporcional, conforme requerido pelo IAS 31 (equivalente CPC 19), o ativo circulante, não circulante e total consolidados seriam menores em R\$ 69.141 mil, R\$ 27.873 mil e R\$ 97.014 mil, respectivamente; o passivo circulante, não circulante e a participação dos não controladores no patrimônio líquido total consolidados seriam menores em R\$ 70.588, R\$ 12.134 mil e R\$ 14.291 mil, respectivamente; e a receita líquida consolidada e a participação dos acionistas não controladores no lucro líquido do exercício seriam menores em R\$ 229.859 mil e R\$ 19.693 mil, respectivamente, sem alteração do lucro atribuível à acionistas da Companhia.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos no parágrafo “Base para opinião com ressalva - Recebíveis pendentes há longa data”, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Revita Engenharia S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos nos parágrafos “Base para opinião com ressalva - Recebíveis pendentes há longa data e Empreendimentos controlados em conjunto”, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Revita Engenharia S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Preparação das demonstrações financeiras individuais

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 3, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil. No caso da Revita Engenharia S.A., essas práticas diferem das IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Outros assuntos

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaboradas sob responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 22 de abril de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Orlando Octávio de Freitas Júnior
Contador CRC 1SP178871/O-4

Revita Engenharia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011			2012	2011	2012	2011
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	21.058	3.275	118.000	23.774	Fornecedores e outras contas a pagar	11	26.517	15.087	109.870	48.258
Contas a receber de clientes e outros créditos	7	82.964	94.643	258.416	203.493	Empréstimos e financiamentos	12	47.132	33.174	142.189	62.195
Dividendos a receber	15	43.782	17.366	-	-	Salários, benefícios e encargos sociais	13	13.168	10.826	54.181	25.741
Impostos a recuperar		7.136	5.669	28.447	12.728	Impostos, taxas e contribuições	16	11.198	11.207	54.385	31.886
Adiantamento de fornecedores		2.655	868	4.876	889	Imposto de renda e contribuição social	17	424	142	14.023	1.589
Estoques		2.845	2.170	11.409	5.266	Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	-	-	294	-
		<u>160.439</u>	<u>123.990</u>	<u>421.148</u>	<u>246.149</u>	Dividendos e juros capital próprio a pagar	15	-	-	33.031	6.258
						Adiantamentos de clientes		27	-	109	125
								<u>98.465</u>	<u>70.437</u>	<u>408.083</u>	<u>176.052</u>
Não circulante						Não circulante					
Contas a receber de clientes e outros créditos	7	68.591	23.502	94.116	27.590	Exigível a longo prazo:					
Ativo fiscal diferido	17	1.017	1.215	8.734	5.080	Fornecedores e outras contas a pagar	11	4.187	286	14.657	4.587
Depósitos judiciais		118	35	8.018	605	Empréstimos e financiamentos	12	45.454	19.456	113.353	65.833
		<u>69.725</u>	<u>24.752</u>	<u>110.868</u>	<u>33.275</u>	Passivo fiscal diferido	17	5.151	7.265	26.235	16.657
Investimentos	8	65.597	57.874	-	-	Provisões	14	165	385	10.965	7.489
Imobilizado	9	34.868	15.719	156.781	64.874	Adiantamentos de clientes		-	1.000	2.521	9.428
Intangível	10	19.354	52	114.532	80.395			54.958	28.392	167.731	103.994
		<u>189.544</u>	<u>98.397</u>	<u>382.182</u>	<u>178.545</u>						
						Patrimônio líquido					
						Capital social	18	126.477	100.736	126.477	100.736
						Reserva legal		4.273	1.553	4.273	1.553
						Reserva de retenção de lucros		65.810	21.269	65.810	21.269
								<u>196.561</u>	<u>123.558</u>	<u>196.561</u>	<u>123.558</u>
						Patrimônio líquido dos controladores					
								-	-	30.956	21.089
						Participação dos não controladores					
								<u>196.561</u>	<u>123.558</u>	<u>227.516</u>	<u>144.647</u>
								<u>349.984</u>	<u>222.387</u>	<u>803.330</u>	<u>424.693</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Revita Engenharia S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Nota	2012	2011	2012	2011
Receita bruta de serviços prestados		298.878	203.197	1.123.719	502.149
Impostos incidentes sobre serviços prestados		<u>(40.045)</u>	<u>(27.593)</u>	<u>(152.004)</u>	<u>(59.343)</u>
Receita operacional líquida	19	258.833	175.604	971.715	442.806
Custo dos serviços prestados		<u>(203.839)</u>	<u>(133.087)</u>	<u>(727.288)</u>	<u>(335.322)</u>
Lucro bruto		54.994	42.517	244.426	107.484
(Despesas) receitas operacionais					
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas comerciais	20	(5.865)	(4.257)	(18.765)	(6.716)
Despesas administrativas	21	(26.738)	(14.058)	(58.288)	(28.985)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	22	(8.746)	(76)	(13.476)	69
Resultado de equivalência patrimonial	8	<u>50.412</u>	<u>17.745</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado antes das receitas (despesas financeiras), líquidas e impostos		<u>64.056</u>	<u>41.871</u>	<u>153.897</u>	<u>71.852</u>
Receitas financeiras	23	3.131	1.118	8.149	2.508
Despesas financeiras	23	<u>(8.093)</u>	<u>1.985</u>	<u>(26.008)</u>	<u>(6.508)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>59.094</u>	<u>44.974</u>	<u>136.038</u>	<u>67.852</u>
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	17	(6.606)	(3.475)	(51.368)	(14.535)
Diferido	17	1.917	(5.227)	1.611	(7.832)
Incentivo fiscal		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Lucro líquido do exercício		<u>54.404</u>	<u>36.272</u>	<u>86.280</u>	<u>45.485</u>
Atribuível à:					
Acionistas da companhia		-	-	54.404	36.272
Participação de não controladores		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>31.876</u>	<u>9.213</u>
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>86.280</u>	<u>45.485</u>
Lucro líquido por ação no fim do exercício		<u>0,43</u>	<u>0,36</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Revita Engenharia S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2012	2011	2012	2011
Resultado do exercício	54.404	36.272	86.280	45.485
Resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>54.404</u></u>	<u><u>36.272</u></u>	<u><u>86.280</u></u>	<u><u>45.485</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Revita Engenharia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Avaliação de ativo imobilizado	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido controladores	Participação não controladores	Patrimônio líquido consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2010	100.736	445	528	(301)	(8.642)	92.766	9.270	102.036
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	36.272	36.272	9.213	45.485
Juros sobre capital próprio pagos	-	-	-	-	(5.480)	(5.480)	(552)	(6.032)
Reserva de lucros	-	-	21.042	-	(21.042)	-	-	-
Reserva legal	-	1.107	-	-	(1.107)	-	-	-
Aumento capital	-	-	-	-	-	-	9.138	9.138
Dividendos distribuídos de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	(1.009)	(1.009)
Dividendos a distribuir	-	-	-	-	-	-	(4.971)	(4.971)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	100.736	1.553	21.570	(301)	-	123.558	21.089	144.647
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	54.404	54.404	31.876	86.280
Juros sobre capital próprio pagos	-	-	-	-	(7.142)	(7.142)	-	(7.142)
Reserva de lucros	-	-	44.542	-	(44.542)	-	-	-
Reserva legal	-	2.720	-	-	(2.720)	-	-	-
Incorporação	-	-	-	-	-	-	8.120	8.120
Aumento capital	25.742	-	-	-	-	25.742	4.870	30.612
Dividendos a distribuir	-	-	-	-	-	-	(35.000)	(35.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>126.477</u>	<u>4.273</u>	<u>66.111</u>	<u>(301)</u>	<u>-</u>	<u>196.561</u>	<u>30.956</u>	<u>227.516</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Revita Engenharia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	54.404	36.272	86.280	45.485
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas (aplicado nas) operações				
Depreciação do imobilizado	9	2.533	5.080	13.432
Amortização de intangível	10	20	17	8.151
Provisão para urbanização de aterros	14	32	116	592
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		212	(9.038)	563
Equivalência patrimonial	8	(50.411)	(17.745)	-
Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos, empréstimos e obrigações fiscais		10.827	3.900	21.369
Provisão para contingências	14	3	298	1.432
Imposto de renda e contribuição social	17	4.689	8.702	49.757
			49.757	22.367
(Aumento) redução nos ativos operacionais				
Contas a receber de clientes		15.505	(26.382)	(59.053)
Impostos a recuperar		(1.467)	(680)	(15.719)
Partes relacionadas		(49.124)	5.867	(51.344)
Estoques		(674)	(539)	(6.144)
Ativo financeiro		-	-	(16.461)
Outros créditos		(3)	(1.114)	1.153
Depósitos judiciais		(97)	(27)	(7.653)
Dividendos a receber		(26.417)	11.059	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores		8.018	(8.063)	37.157
Salários, provisões e encargos sociais		2.342	4.691	28.439
Impostos, taxas e contribuições		(10)	3.847	22.499
Imposto de renda e contribuição social		(6.325)	(3.334)	(31.106)
Juros pagos		(6.769)	(1.979)	(15.297)
Partes relacionadas		4.226	(31.291)	27.549
Pagamento de contingências		(240)	(29)	(1.506)
Reorganização societária - Contingências		-	-	3.197
Dividendos a pagar		-	(5.480)	26.772
Outras contas a pagar		1.299	-	2.989
		1.299	-	2.989
		-	-	80
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		(37.426)	(25.852)	127.050
				(8.549)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	9	(24.414)	(42.570)	(59.455)
Cisão		-	8	-
Adições ao intangível	10	(7.943)	(16)	(33.321)
Adições por reorganização societária (imobilizado)		-	60.158	-
Adições por reorganização societária (intangível)		-	-	-
Baixa/transfêrencia de imobilizado/intangível	10	2.732	304	2.442
Reorganização societária - Imobilizado/intangíveis		-	-	(40.505)
Valor justo de ativo imobilizado		-	-	(7.454)
Valor justo de ativo intangível		-	-	(5.629)
Adiantamento a clientes		(973)	1.000	(6.920)
Aquisição de investimento	8	(22.336)	(40.585)	8.106
				-
Caixa líquido atividades de investimento		(52.934)	(21.701)	(142.737)
				(75.056)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de financiamentos - Terceiros		71.601	54.736	375.347
Implantação de saldo financiamentos - reorganização societária		-	-	33.993
Baixa por cisão		-	(5.806)	-
Aumento de capital		25.742	-	30.612
Pagamento de financiamentos		(35.703)	(3.089)	(287.898)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio		46.503	-	(42.142)
		46.503	-	(42.142)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		108.143	45.841	109.912
				89.746
Aumento (redução) líquido(a) do saldo de disponibilidades		17.783	(1.712)	94.226
				6.141
Caixas e equivalentes de caixa no início do exercício	6	3.275	4.987	23.774
Caixas e equivalentes de caixa no fim do exercício	6	21.058	3.275	118.000
		21.058	3.275	118.000
		17.783	(1.712)	94.226
				6.141

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Revita Engenharia S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2012	2011	2012	2011
1 – Receitas		<u>298.551</u>	<u>212.690</u>	<u>1.115.091</u>	<u>512.835</u>
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	19	298.878	203.197	1.123.719	502.149
Outras receitas		540	455	839	1.651
Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão/(Constituição)		(867)	9.038	(9.467)	9.035
2 – Insumos adquiridos de terceiros (Inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)		<u>(146.534)</u>	<u>(85.867)</u>	<u>(418.499)</u>	<u>(220.221)</u>
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		(105.343)	(63.073)	(330.888)	(169.901)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(31.167)	(20.639)	(73.118)	(46.102)
Outras (especificar)		(10.024)	(2.155)	(14.494)	(4.218)
3 – Valor adicionado bruto (1-2)		<u>152.017</u>	<u>126.823</u>	<u>696.592</u>	<u>292.614</u>
4 – Depreciação, amortização e exaustão	9 e 10	(2.554)	(5.099)	(21.540)	(15.663)
5 – Valor adicionado líquido produzido pela Entidade (3-4)		<u>149.463</u>	<u>121.724</u>	<u>675.052</u>	<u>276.951</u>
6 – Valor adicionado recebido em transferência		<u>53.543</u>	<u>18.863</u>	<u>8.149</u>	<u>2.508</u>
Resultado de equivalência patrimonial	8	50.412	17.745	-	-
Receitas financeiras	23	3.131	1.118	8.149	2.508
7 – Valor adicionado total a distribuir (5+6)		<u>203.006</u>	<u>140.587</u>	<u>683.201</u>	<u>279.459</u>
8 – Distribuição do valor adicionado (*)		<u>203.006</u>	<u>140.587</u>	<u>683.201</u>	<u>279.459</u>
8.1 – Pessoal		<u>86.263</u>	<u>55.582</u>	<u>333.800</u>	<u>121.776</u>
Remuneração direta		67.030	42.276	236.752	92.089
Benefícios		15.351	10.838	83.225	24.310
FGTS		3.882	2.468	13.823	5.377
8.2 – Impostos, taxas e contribuições		<u>50.832</u>	<u>39.081</u>	<u>229.830</u>	<u>92.897</u>
Federais		36.987	29.098	171.486	69.065
Estaduais		406	294	687	457
Municipais		13.439	9.689	57.656	23.375
8.3 – Remuneração de capitais de terceiros		<u>11.506</u>	<u>9.652</u>	<u>33.290</u>	<u>19.301</u>
Juros		6.876	6.727	22.012	14.701
Aluguéis		4.630	2.925	11.277	4.600
Outras		-	-	-	-
8.4 – Remuneração de capitais próprios		<u>54.405</u>	<u>36.272</u>	<u>86.281</u>	<u>45.485</u>
Juros sobre o capital próprio		1	5.480	1	6.032
Lucros retidos/prejuízo do exercício		54.404	30.792	54.404	30.792
Participação dos não-controladores nos lucros retidos (só para consolidação)		-	-	31.876	8.661

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Companhia foi constituída em 9 de janeiro de 2007 sob a forma de Sociedade Anônima, tem sede na Rua Clodomiro Amazonas, 249 - 2º andar, parte, Itaim Bibi - São Paulo/SP, e tem por objeto social saneamento ambiental, limpeza urbana, coleta e transporte de resíduos domiciliares, hospitalar, de estabelecimento de saúde, comercial e industrial, varrição, capinação, lavagem e limpeza de vias e logradouros públicos, privados e de feiras livres, bem como implantação, operação e execução de aterros sanitários e congêneres, construção, montagem e operação de usinas de tratamento, reciclagem, incineração, compostagem e trituração de resíduos, em qualquer de suas formas, como também de usinas para obtenção de fontes alternativas de energia, construção civil em geral, montagem industrial e locação.

Em 31 de dezembro de 2012, as principais participações da Companhia em outras empresas e suas respectivas áreas de atuação são:

- Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduos LTDA. (“Battre”) (participação direta de 100%) - prestação de serviços, mediante concessão, de destinação final de resíduos sólidos urbanos e tratamento de resíduos de serviços de saúde no Município de Salvador - BA, comercialização de créditos de carbono através da queima do biogás e venda de biogás para a empresa Termoverde Salvador S.A.
- Farroupilha - Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A. (“Farroupilha”) (participação direta de 100%) - sociedade constituída com fins específicos sob a forma de concessão, cuja atividade é a execução do contrato de concessão celebrado com a Prefeitura do Município de Farroupilha - RS para prestação de serviços públicos, relativos ao tratamento e destinação final de resíduos sólidos, urbanos e públicos e de saúde, incluindo a coleta, o transporte, a remoção e a varrição das vias e dos logradouros públicos.
- SL Ambiental - Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A. (“SL Ambiental”) (participação direta de 100%) - sociedade constituída com fins específicos sob a forma de concessão, cuja atividade é a execução do contrato de concessão celebrado com a Prefeitura do Município de São Leopoldo - RS para prestação de serviços públicos, relativos ao tratamento e destinação final de resíduos sólidos, urbanos e públicos e de saúde, incluindo a coleta, o transporte, a remoção e a varrição das vias e dos logradouros públicos.
- Rio Grande Ambiental - Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A. (“Rio Grande Ambiental”) (participação direta de 100%) - sociedade constituída com fins específicos sob a forma de concessão, cuja atividade é a execução do contrato de concessão celebrado com a Prefeitura do Município de Rio Grande - RS para prestação de serviços públicos relativos ao tratamento e à destinação final de resíduos sólidos urbanos públicos e de saúde, incluindo a coleta, o transporte, a remoção e a varrição das vias e dos logradouros públicos.
- São Carlos Ambiental Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos Ltda. (“São Carlos”) (participação direta de 100%) - sociedade constituída com fins específicos sob a forma de concessão, cuja atividade é a execução do contrato de concessão celebrado com a Prefeitura

do Município de São Carlos - SP para prestação de serviços públicos, relativos ao tratamento e destinação final de resíduos sólidos, urbanos e públicos e de saúde, incluindo a coleta, o transporte, a remoção e a varrição das vias e dos logradouros públicos, operação e implementação do novo aterro sanitário de resíduos sólidos.

- Riograndense Participações S.A. (“RioPar”) (participação direta de 70%) - participação em outras sociedades de capital aberto ou fechado.
- Companhia Riograndense de Valorização de Resíduos (“Riograndense”) (participação indireta de 70%) - prestação de serviços nas áreas de aterros industriais, aterros sanitários, coleta, disposição, processamento e transporte rodoviário de resíduos industriais e urbanos.
- Guamá Tratamento de Resíduos Ltda. (“Guamá”) (participação direta de 100%) - destinação final e tratamento de resíduos, incluindo resíduos sólidos domiciliares, industriais e inertes da construção civil, além de resíduos originários de estabelecimentos de saúde; implantação e operação de aterro sanitário de resíduos e outras atividades relacionadas à destinação final e tratamento de resíduos. Prestação de serviços de tratamento e disposição de resíduos.
- Vega Valorização de Resíduos S.A. (“VVR”) (participação direta de 50%) - empresa que tem como objeto social a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de cotista ou acionista, bem como, a participação em consórcios.
- Biotérmica Energia Ltda. (“Biotérmica”) (participação direta de 70%) - geração, distribuição e comercialização de energia elétrica e a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país e no exterior.

Empreendimento controlado em conjunto

- INOVA Gestão de Serviços Urbanos S.A. (“INOVA”) (participação direta de 51%) - sociedade constituída com fins exclusivos e específicos de prestação de serviços indivisíveis de conservação e limpeza pública dos bens de uso comum do município de São Paulo, varrição e asseio de vias e logradouros públicos, correspondente ao denominado Agrupamento Noroeste do Município de São Paulo.
- Boechat do Bairro Tratamento de Resíduos, Coleta e Conservação Ltda. (“BOB”) (participação direta de 51%) - implantação, operação e execução de aterros sanitários, execução e prestação de serviços de limpeza urbana, coleta e transporte de resíduos domiciliares e de saúde, comerciais e industriais.
- Viasolo Engenharia Ambiental S.A. (“Viasolo”) (participação direta de 51%) - atividades de saneamento ambiental, execução e prestação de serviços de limpeza urbana, coleta, transporte e tratamento de lixo domiciliar e hospitalar, varrição, capinação, lavagem e limpeza de vias e logradouros públicos e privados e de feiras livres, limpeza de bocas-de-lobo e galerias de águas pluviais.
- Abrantes Ambiental Ltda. (“Abrantes”) (participação direta de 57,14%) - sociedade constituída com fins exclusivos e específicos de promover a execução do contrato de prestação de serviços de limpeza urbana no Município de Camaçari - BA, celebrado com a Limpec - Limpeza Pública de Camaçari.

- Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda (“Alfenas”) (participação direta de 51%) - sociedade constituída com o propósito específico de promover a execução do objeto especificado no contrato de concessão mantido com Prefeitura Municipal de Alfenas - MG.
- SBC Valorização de Resíduos S.A. (“SBC”) (participação direta de 75%) - concessão de Parceria Público Privada para outorga do sistema integrado de manejo e gestão de resíduos sólidos no município de São Bernardo do Campo - SP.
- Logística Ambiental de São Paulo S.A. (“LOGA”) (participação indireta de 62,347%) - execução do contrato de concessão celebrado com a Prefeitura do Município de São Paulo para prestação de serviços de limpeza urbana no Agrupamento Noroeste, compreendendo os serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos domiciliares residenciais e dos serviços de saúde, além de varrição em feiras livres e mercados.

2 Alterações na estrutura societária

Constituição da Guamá

Conforme instrumento particular de 16 de setembro de 2011, registrado em 8 de novembro de 2011, foi constituída a Guamá Tratamento de Resíduos Ltda., tendo como objeto social a destinação final e tratamento de resíduos, incluindo resíduos sólidos domiciliares, industriais e inertes da construção civil, além de resíduos originários de estabelecimentos de saúde, implantação e operação de aterro sanitário de resíduos e outras atividades relacionadas à destinação final e tratamento de resíduos. As atividades operacionais iniciaram em abril de 2012.

Constituição da Alfenas

Conforme contrato de 20 de dezembro de 2011, registrado em 20 de janeiro de 2012, foi constituída a Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda., com propósito específico de promover a execução do objeto especificado no contrato de concessão mantido com Prefeitura Municipal de Alfenas - MG pelo prazo de 20 anos a partir de 18 de janeiro de 2012, podendo ser prorrogado por mais 10 anos.

Constituição da SBC

Conforme ata de assembleia geral realizada em 11 de junho de 2012, foi constituída a controlada SBC Valorização de Resíduos S.A., com a finalidade de operar a concessão de Parceria Público Privada para outorga do sistema integrado de manejo e gestão de resíduos sólidos no município de São Bernardo do Campo - SP pelo prazo de 30 anos a partir de 20 de junho de 2012, podendo ser prorrogado por mais 5 anos.

Aquisição da Biotérmica

Em 27 de setembro de 2012 a controlada Revita adquiriu 70% das ações da empresa Biotérmica Energia Ltda., cujo objeto social é a geração, distribuição e comercialização de energia elétrica e a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país e no exterior.

Aporte de capital pela acionista Solvi

Conforme ata de assembleia geral extraordinária de 1º de dezembro de 2012, foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$ 17.510 mediante a emissão de 17.510.150 novas ações ordinárias nominativas. Referido aumento foi totalmente integralizado, sendo R\$ 16.170

mediante conferência de 16.170.435 ações de emissão da VVR e R\$1.340 mediante a utilização de parte equivalente do saldo da conta contábil de Reserva de Lucros da VVR.

3 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC)

As presentes Demonstrações Financeiras incluem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com o BR GAAP.
- As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o caso do Grupo, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para Demonstrações Financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pelo Grupo e o patrimônio líquido e resultado da companhia controladora em suas Demonstrações Financeiras individuais. Assim sendo, as Demonstrações Financeiras consolidadas do Grupo e as Demonstrações Financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de Demonstrações Financeiras.

A emissão das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria Executiva em 20 de março de 2013.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo;
- Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;
- Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo valor justo;
- As propriedades para investimento são mensuradas pelo valor justo;
- Os passivos para transações de pagamento baseadas em ações liquidadas em dinheiro são mensurados pelo valor justo;

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro referem-se a:

- **Redução ao valor recuperável de ágio**

A avaliação de *impairment* do ágio exige o uso de premissas e estimativas significativas com relação a assuntos inerentemente incertos, incluindo projeções de receitas operacionais e fluxo de caixa futuros, taxas de crescimento futuro, e a vida útil remanescente dos ativos, entre outros fatores. Além disso, as projeções são calculadas para um longo período de tempo, o que sujeita essas premissas e estimativas a um grau de incerteza ainda maior. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, o uso de premissas diferentes pode afetar materialmente o valor recuperável.

Para os saldos de ágios divulgados na Nota Explicativa nº 10 não foi necessário constituir provisão para *impairment* em 2012 e em 2011.

- **Vida útil do ativo imobilizado e intangível**

A Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado e intangível anualmente no final de cada período apresentado.

- **Alocação dos ágios**

A Companhia contrata empresas especializadas para a alocação dos ágios provenientes de aquisições de empresas que seguem as seguintes premissas:

- i. Obtenção de dados históricos, contábeis, operacionais e gerenciais da Companhia;
- ii. Análise do mercado de atuação da Companhia, buscando identificar as perspectivas futuras de crescimento e rentabilidade;
- iii. Verificação da consistência das premissas do negócio;
- iv. Análise dos contratos envolvidos na transação;

- v. Identificação de Ativos e Passivos intangíveis não relacionados no Balanço Patrimonial utilizado como base para a negociação das participações acionárias;
- vi. Projeções de fluxo de caixa associada à ativos e passivos avaliados, bem como à contraprestação transferida;
- vii. Cálculo da taxa de desconto que refletisse adequadamente os riscos inerentes ao setor e à empresa, sendo essa taxa utilizada para trazer fluxos de caixa dos ativos e passivos identificados a valor presente;

No entanto os resultados destes laudos dependem de suposições que servem de base para as projeções. O método utilizado não antecipa as mudanças nos ambientes internos e externos nos quais o negócio está inserido, exceto aqueles apontados nos laudos.

- ***Utilização dos prejuízos fiscais***

A legislação do Imposto de Renda permite que eventuais prejuízos fiscais (lucro real negativo) apurados em períodos anteriores sejam compensados com os lucros apurados posteriormente da pessoa jurídica tributada pelo Lucro Real. O prejuízo fiscal compensável é aquele apurado no Livro de Apuração do Lucro Real - LALUR. Entretanto, a compensação de tais prejuízos é limitada a 30% do lucro real antes da compensação.

- ***Margem dos contratos de construção***

A margem dos contratos de construção seguem as premissas constantes nos contratos de concessão.

As provisões são reconhecidas como passivo (presumindo-se que possa ser feita uma estimativa confiável) porque são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação.

A melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente é o valor que a Companhia racionalmente paga para liquidar a obrigação na data do balanço ou para transferi-la para terceiros nesse momento.

- ***Provisão para crédito de liquidação duvidosa***

A Companhia registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise das contas a receber de clientes.

A metodologia para determinar tal provisão exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores entre eles a avaliação do histórico de cobranças, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas, vencimento da carteira de contas a receber e outros fatores. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem diferir de tais estimativas.

Considerando a natureza das operações da Companhia no setor de resíduos públicos, a Administração é requerida à estimar a possibilidade de recebimentos de relevantes contas a receber, contratuais ou extra-contratuais, junto ao Poder Público para o registro de provisão para perdas. A realização desses ativos, cujos valores estão descritos na Nota Explicativa nº 7, em alguns casos, requer negociações e tempo por parte da Companhia.

- **Provisão para contingências**
Refere-se a questões trabalhistas, tributárias e cíveis e está registrada de acordo com avaliação de risco efetuada pela Administração, suportada por seus consultores jurídicos, inclusive quanto à sua classificação no passivo não circulante.
- **Provisão para urbanização de aterro**
Representa o provisionamento dos custos de fechamento e pós-fechamento das áreas ocupadas até as datas dos balanços, em conformidade o IAS 37. Conforme Notas Explicativas nºs 9 e 10 a Companhia reconhece provisão em contraparte ao respectivo ativo imobilizado ou intangível (no caso de concessões) à medida que dispõem resíduos nos aterros, gerando a obrigação que é reconhecida conforme competência, considerando que os custos futuros para os espaços não utilizados não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade tendo em vista a variação das estimativas de acordo com a característica dos resíduos, velocidade de disposição e inovações tecnológicas. Os principais aspectos contábeis estão resumidos a seguir:
 - a. As estimativas dos custos são contabilizadas levando-se em conta o valor presente das obrigações, descontadas a uma taxa livre de risco de longo prazo de 11,42% (11,42% em 2011).
 - b. As estimativas de custos são revisadas anualmente, com a consequente revisão do cálculo do valor presente, ajustando-se os valores de ativos e passivos já contabilizados.

4 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Procedimentos de consolidação e investimentos em controladas e entidades controladas em conjunto

As Demonstrações Financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com o IAS 27 (equivalente ao CPC 36), combinando as Demonstrações Financeiras da Controladora com as de suas controladas, linha a linha, ou seja, somando os saldos de itens de mesma natureza: ativos, passivos, receitas e despesas. As Demonstrações Financeiras consolidadas refletem a eliminação de contas-correntes, receitas e despesas representativas de transações entre partes relacionadas, bem como da equivalência patrimonial no patrimônio e no resultado da controladora. A participação de acionistas não controladores nas controladas é destacada no balanço patrimonial e na demonstração do resultado.

A relação das controladas e entidades controladas em conjunto e seus respectivos percentuais de participação, utilizado para aplicação do método de equivalência patrimonial, está apresentada na Nota Explicativa nº 8.

- **Controladas**
Entidades controladas são aquelas, incluindo as não constituídas sob a forma de sociedade, tais como uma parceria ou projeto, nas quais a controladora, diretamente ou por meio de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores.
- **Entidades controladas em conjunto**
Entidades controladas em conjunto (*joint venture*) é o acordo contratual em que duas ou mais partes se comprometem à realização de atividade econômica que está sujeita ao

compartilhamento do controle, contratualmente estabelecido, sobre uma atividade econômica, e que existe somente quando as decisões estratégicas, financeiras e operacionais relativas à atividade exigirem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

De acordo com o IAS 31 (CPC 19), os investimentos em empreendimentos em controladas em conjunto devem ser reconhecidos utilizando a consolidação proporcional. Por esse método, a participação da controladora nos ativos, passivos, receitas e despesas dos empreendimentos controlados em conjunto são combinadas, linha a linha, com itens similares nas Demonstrações Financeiras da controladora.

A Companhia optou por não utilizar a consolidação proporcional para o investimento nas controladas em conjunto, Viasolo, Boechat, Inova, Abrantes, Alfenas, SBC e Loga, por entender que a apresentação combinada da totalidade dos saldos de ativos, passivos, receitas e despesas dessa controlada, reflete de forma mais fidedigna a realidade do grupo econômico.

Nas Demonstrações Financeiras individuais da controladora, as participações em entidades controladas em conjunto são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

A existência de acordo contratual distingue as participações que envolvem o controle conjunto dos investimentos em coligadas em que a controladora tem influência significativa.

b. Redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*)

A Companhia analisa periodicamente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente ao fluxo de caixa descontado (antes dos impostos) derivado do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil.

Ao avaliar se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, a entidade considera, entre outras, as seguintes indicações:

- ***Fontes externas de informação***

- i. Durante o período, o valor de mercado do ativo diminuiu significativamente, mais do que seria de se esperar como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- ii. Mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade ocorreram durante o período, ou ocorrerão em futuro próximo, no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, no qual a entidade opera ou no mercado para o qual o ativo é utilizado;

- ***Fontes internas de informação***

- i. Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo;
- ii. Mudanças significativas, com efeito adverso sobre a entidade, ocorreram durante o período, ou devem ocorrer em futuro próximo, na extensão pela qual, ou na maneira na qual, um ativo é ou será utilizado;

- iii. Evidência disponível, proveniente de relatório interno, que indique que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado.

Independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, os saldos de ágio decorrentes da combinação de negócios têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano, conforme descrito na nota explicativa nº10. Quando o valor residual do ativo excede o valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo (*impairment* - deterioração). A análise do valor recuperável é realizada por unidade de negócio, que é a menor unidade geradora de caixa possível para identificação dos fluxos de caixa.

Quando a perda por recuperação ao valor recuperável do ativo imobilizado ou intangível é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

c. Estoques

O estoque é composto por material de manutenção, materiais de consumo na operação e equipamentos de proteção individual (EPI). Eles são avaliados pelo custo de aquisição.

Quando o custo de aquisição é menor que o valor de mercado, é reconhecida uma provisão para redução do valor contábil em contrapartida a uma despesa na demonstração do resultado.

d. Imobilizado

Os bens do imobilizado são reconhecidos pelo custo histórico de aquisição ou custo de construção, menos a depreciação acumulada e provisão de perda pelo valor recuperável (*impairment*).

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ao qual se refere ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que possam trazer benefícios econômicos futuros associados ao bem e que o custo do bem possa ser mensurado com segurança.

Despesas ordinárias de manutenção são reconhecidas no resultado do exercício no período que são incorridas.

O valor depreciável de um ativo é apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada. O valor residual e a vida útil de um ativo são revisados pelo menos ao final de cada exercício e, se as expectativas diferirem das estimativas anteriores, a mudança será contabilizada como mudança de estimativa contábil, segundo o IAS 8 (equivalente ao CPC 23).

A vida útil é o período de tempo durante o qual a Companhia espera utilizar o ativo ou, nos aterros sanitários, a quantidade de resíduos depositada em comparação com a capacidade total do ativo. As taxas de depreciação utilizadas para cada classe de ativos estão descritas na Nota Explicativa nº 9.

Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são registrados em “Outros ganhos/(perdas) operacionais, líquidas” na demonstração do resultado.

e. Ágio

Para as combinações ocorridas a partir de 1º de janeiro de 2009, seguindo o definido pelo IFRS 3 (equivalente ao CPC 15), o ágio é representado pela diferença positiva entre o valor pago pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como “ativo intangível”. Se a Companhia apura deságio, o montante será registrado como ganho no resultado do período, na data de aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que uma vez reconhecida não são revertidas. Os ganhos e perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidade Geradora de Caixa para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa que se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ágios e deságios na aquisição de controladas da Companhia foram amortizados até 31 de dezembro de 2008 com prazo máximo de amortização de 10 anos, tendo como base a expectativa de resultados futuros das controladas. A amortização dos ágios suportados com base na expectativa de resultados futuros conforme descrito na Nota Explicativa nº 10, deixou de ser efetuada conforme requerido pelo OCPC 2 - Esclarecimentos sobre as Demonstrações financeiras de 2008, a partir de 1º de janeiro de 2009, permanecendo apenas a aplicação do teste de recuperabilidade exigido pelo pronunciamento técnico CPC 1, considerando que se trata de intangíveis com vida útil indefinida.

f. Intangível

Ativos intangíveis são reconhecidos pelo custo de aquisição reduzido da amortização acumulada e eventual provisão de perda pelo valor recuperável (*impairment*).

Os direitos de uso de software são demonstrados ao valor de custo histórico de aquisição, sendo amortizados linearmente pela taxa de 20% ao ano.

Os ativos referentes aos contratos de concessão e registrados como ativo intangível foram reconhecidos conforme descritos nas Notas Explicativas nºs 4.i. e 27.

g. Instrumentos financeiros

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes a propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

h. Ativos arrendados

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, são reconhecidos conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo através do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo

acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa e clientes e outros créditos.

Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

i. Contratos de concessão

No dia 30 de novembro de 2006, o IFRIC publicou o IFRIC 12 - Contratos de Concessão, que regula o tratamento contábil que deve ser aplicado pelo concessionário em relação aos contratos de concessão, a partir dos exercícios encerrados após 1º de janeiro de 2008. Em 2010, o CPC emitiu o ICPC 1, aplicável para os exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2010.

Esta interpretação apresenta características comuns aos contratos de concessão:

- Contratos de concessão envolvem a prestação de serviços públicos e a Administração de infraestrutura relacionada ao serviço, que é concedida ao concessionário;

- A parte que concede o contrato de prestação de serviço (concedente) é um órgão público ou uma entidade pública, ou entidade privada para qual foi delegado o serviço;
- O concessionário é responsável ao menos por parte da gestão da infraestrutura e serviços relacionados, não atuando apenas como mero agente, em nome do concedente;
- O contrato estabelece o preço inicial a ser cobrado pelo concessionário, regulamentando suas revisões durante toda sua vigência;
- O concessionário fica obrigado a entregar a infraestrutura ao Poder concedente em determinadas condições especificadas no final do contrato, por pequeno ou nenhum valor adicional, independentemente de quem tenha sido ou seu financiador.

A infraestrutura usada pela Companhia sujeita ao contrato de concessão é controlada pelo Poder concedente, conforme previsto no IFRIC 12, quando:

- O concedente controla ou regulamenta quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o preço; e
- O concedente controla - por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma - qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final da vigência do contrato de concessão.

Conforme a norma, o concessionário possui o direito de receber remuneração sobre a construção da infraestrutura do contrato de concessão, sendo:

- Um ativo intangível quando recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público.

Quando o Poder concedente tiver uma obrigação de pagamento para só parte do investimento, é reconhecido o valor de ativo financeiro pela quantia garantida pelo concedente e o excesso que não é garantido pelo concedente é reconhecido como ativo intangível ("modelo bifurcado").

O valor amortizável da infraestrutura registrada como ativo intangível é apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada.

Ativos que o concessionário recebe acesso pelo Poder concedente, sem qualquer contraprestação (bens doados) não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras.

j. *Fornecedores*

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

k. *Distribuição de dividendos*

A distribuição de dividendos para acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas Demonstrações Financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no mínimo legal definido

pelo estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima da distribuição mínima obrigatória somente é provisionado na data que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral, conforme Nota Explicativa nº 15.

I. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i. Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de elaboração das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

ii. Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias:

- Sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável;
- Relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que elas não sejam revertidas num futuro previsível; e
- Tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual o Grupo espera, ao final do exercício de elaboração das demonstrações financeiras, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. Para propriedades para investimento que são mensurados ao valor justo, a presunção que o valor contábil da propriedade para investimento será recuperada por venda não foi refutada.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de elaboração das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de elaboração das demonstrações financeiras e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

iii. Exposições fiscais

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se impostos e juros adicionais podem ser devidos. O Grupo acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada com relação a todos os períodos fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas e podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações pode se tornar disponíveis, o que levaria o Grupo a mudar o seu julgamento quanto a adequação da provisão existente; tais alterações da provisão impactarão a despesa com imposto de renda no exercício em que forem realizadas.

m. Reconhecimento das receitas

As receitas são mensuradas pelos valores justos das contraprestações recebidas ou a receber, deduzidas de quaisquer descontos comerciais e/ou bonificações concedidos. Na maior parte das transações da Companhia, a contraprestação é feita na forma de caixa ou equivalente de caixa e o valor da receita é o valor recebido ou a receber.

As receitas de venda de produtos são reconhecidas quando entregues (ou quando a Companhia transfere para o comprador os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens).

• **Prestação de serviços - resíduos**

As receitas com transações relacionadas à prestação de serviços de limpeza pública, coleta, tratamento, gerenciamento e destinação final de resíduos públicos e privados são reconhecidas com base em medições (pesagem, metragem ou duração) do trabalho executado, após aprovação do comprador.

As controladas que operam contratos de concessão de serviços públicos reconhecem suas receitas de acordo com o regime de competência, com base nos valores definidos e acordados em contrato.

• **Receita com crédito de carbono**

Os Créditos de Carbono são produzidos pela queima do biogás nos aterros da controlada Battre, levados à estoque pelo seu custo de produção e a receita é reconhecidas pela comercialização

dos créditos certificados ou à certificar, mediante contrato de venda para entrega futura ou venda simples.

- ***Contratos de construção***

A receita de construção compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de quaisquer variações decorrentes de solicitações adicionais, reivindicações e os pagamentos de incentivos contratuais, na medida em que seja provável que elas irão resultar em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Quando o resultado de um contrato de construção possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na proporção do estágio de conclusão do contrato.

O estágio de conclusão é avaliado por referência às pesquisas dos trabalhos realizados. Quando o resultado de um contrato de construção não pode ser medido de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida apenas na extensão dos custos do contrato que são prováveis de serem recuperados.

As despesas do contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade do contrato futuro. As perdas esperadas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado.

Nas receitas consolidadas estão incluídas receitas de construção advindas de contratos de concessão, conforme descrito na Nota Explicativa nº 27.

- n. **Principais julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis**

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração exerce diversos julgamentos para definir o tratamento contábil mais apropriado para aplicar a certas transações, quando os padrões de IFRS efetivos e interpretações não tratarem de assuntos específicos.

Isto se aplica, particularmente, em relação ao reconhecimento de contratos de concessão (conforme descrito na Nota Explicativa nº 4.i).

De acordo com IAS 1 (equivalente ao CPC 26), os ativos e passivos circulantes e não circulantes são apresentados separadamente nas Demonstrações Financeiras. Para a maioria das atividades da Companhia, a segregação entre circulante e não circulante é baseado no período esperado em que os ativos serão realizados e os passivos liquidados. Quando a expectativa de realização dos ativos e passivos é em um período de até 12 meses após a data de apresentação das Demonstrações Financeiras, eles são classificados como circulantes. Caso contrário, são classificados como não circulante.

- o. **Demonstração dos fluxos de caixa**

A Companhia apresenta os fluxos de caixa das atividades operacionais, usando o método indireto, segundo o qual o lucro líquido ou o prejuízo é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros, e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

De acordo com o método indireto, o fluxo de caixa líquido advindo das atividades operacionais é determinado ajustando o lucro líquido ou prejuízo quanto aos efeitos de: (i) variações ocorridas no período nos estoques e nas contas operacionais a receber e a pagar; (ii) itens que não afetam o caixa, tais como depreciação, provisões, tributos diferidos, ganhos e perdas cambiais não realizados e resultado de equivalência patrimonial quando aplicável; e (iii) todos os outros itens tratados como fluxos de caixa advindos das atividades de investimento e de financiamento.

p. Demonstração do resultado abrangente

No Brasil é obrigatório que as demonstrações do resultado do período e do resultado abrangente sejam apresentadas separadamente. A demonstração do resultado abrangente começa com o resultado líquido do período e inclui os outros resultados abrangentes. Resultados abrangentes totais são as mutações no patrimônio líquido durante o período com exceção daquelas mutações resultantes de transações com sócios na qualidade de proprietário.

q. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elabora, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas Demonstrações Financeiras individuais e como informação suplementar às Demonstrações Financeiras consolidadas, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e a apresenta como parte integrante das suas Demonstrações Financeiras divulgadas ao final de cada exercício.

A preparação da DVA consolidada baseia-se nas demonstrações consolidadas e evidencia a participação dos sócios não controladores, conforme requerido pelo CPC 9.

A DVA proporciona aos usuários das Demonstrações Financeiras informações relativas à riqueza criada pela Companhia no respectivo exercício, bem como a forma pela qual tais riquezas foram distribuídas.

A distribuição da riqueza criada é detalhada, da seguinte forma: (a) pessoal e encargos; (b) impostos, taxas e contribuições; (c) remuneração de capitais de terceiros; e (d) remuneração de capitais próprios.

r. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2013, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas. Aquelas que podem ser relevantes para o Grupo estão mencionadas abaixo. O Grupo não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2010), IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2009).

O IFRS 9 (2009) introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros. Sob IFRS 9 (2009) ativos financeiros são classificados e mensurados baseado no modelo de negócio no qual eles são mantidos e as características de seus fluxos de caixa contratuais. IFRS 9 (2010) introduz adições em relação aos passivos financeiros. O IASB atualmente tem um projeto ativo para realizar alterações limitadas aos requerimentos de classificação e mensuração do IFRS 9 e adicionar novos requerimentos para endereçar a perda por redução ao valor recuperação de ativos financeiros e contabilidade de hedge.

O IFRS 9 (2010 e 2009) é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015. A adoção do IFRS 9 (2010) deve causar um impacto nos ativos financeiros do Grupo, mas nenhum impacto nos passivos financeiros do Grupo.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes, correspondentes a esta norma.

IFRS 10 Consolidated Financial Statements (Demonstrações Financeiras Consolidadas) (CPC 36 (R3) Demonstrações Consolidadas), IFRS 11 Joint Arrangements (Negócios em conjunto) (CPC 19 (R2) Negócios em Conjunto) e IFRS 12 Disclosure of Interests in Other Entities (Divulgação de Participações em Outras Entidades) (CPC 45 - Divulgação de Participações em Outras Entidades).

O IFRS 10 / CPC 36(R2) introduz um modelo de controle único para determinar se um investimento deveria ser consolidado. Em decorrência disso, o Grupo talvez mude a sua conclusão de consolidação em relação a investidas, que pode gerar mudanças na forma atual de contabilização de tais investidas.

De acordo com o IFRS 11 / CPC 19(R2), a estrutura de um negócio em conjunto, embora ainda seja uma consideração importante, não é mais o fator principal na determinação do tipo de negócio em conjunto e, conseqüentemente, da contabilização subsequente.

A participação do Grupo em uma operação em conjunto, que é um acordo no qual as partes tem direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos, será contabilizada com base na participação do Grupo sobre esses ativos e passivos.

A participação do Grupo em um empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*), que é um acordo no qual as partes tem direitos sobre os ativos líquidos, será registrado por equivalência patrimonial.

O Grupo pode necessitar reclassificar seus negócios em conjunto, o que pode gerar mudanças na contabilização atual destas participações.

O IFRS 12 / CPC 45 consolida em uma única norma todos os requerimentos de divulgação sobre a participação de uma entidade em controladas, negócios em conjunto, coligadas e entidades estruturadas não consolidadas. O Grupo está atualmente avaliando os requerimentos de divulgação nas suas subsidiárias, participações em negócios em conjunto e coligadas e entidades estruturadas não consolidadas em comparação com as divulgações existentes. O IFRS 12 / CPC 45 requer a divulgação da informação sobre a natureza, riscos e efeitos financeiros dessas participações.

Estas normas são efetivas para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

IFRS 13 Fair Value Measurement (Mensuração do Valor Justo) (CPC 46 - Mensuração do Valor Justo).

O IFRS 13 / CPC 46 contém uma única fonte de orientação sobre como o valor justo é mensurado, e substitui a orientação de mensuração de valor justo que atualmente está dispersada em outras IFRSs. Sujeito a exceções limitadas, o IFRS 13 / CPC 46 se aplica quando a mensuração ou divulgações de valor justo são requeridas ou permitidas por outras IFRSs. O

Grupo está atualmente revisando sua metodologia de determinação de valor justo (veja Nota Explicativa nº 5). O IFRS 13 / CPC 46 é efetivo para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

5 Instrumentos financeiros

a. Gerenciamento de risco financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de câmbio, risco de taxa de juros, risco de contrato de concessão e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de risco

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão do Grupo de estrutura de gerenciamento de risco. O Conselho estabeleceu o Comitê de Gerenciamento de Risco, que é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco do Grupo. A comissão reporta regularmente ao Conselho de Administração sobre suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos ao qual o Grupo está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo através de treinamento, procedimentos de gestão e procedimentos busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

- *Risco de mercado*

Risco de câmbio

As principais operações efetuadas pela Companhia são realizadas no mercado interno e não são afetadas pela variação cambial. As operações originadas das controladas diretas e indiretas no exterior são realizadas em outras moedas diferentes do real e estão expostas ao risco de variação cambial. Esse risco é limitado aos valores reconhecidos pela Companhia em investimentos e resultado de equivalência patrimonial.

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre, substancialmente, de empréstimos e financiamentos. As captações são efetivadas com taxas de juros pré-fixadas ou pós-fixadas, essas indexadas em quase sua totalidade ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI e a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, dentro de condições normais de mercado, atualizadas e registradas pelo valor de liquidação na data do encerramento do balanço.

Este risco surge da possibilidade que a Companhia pode sofrer perdas devido a flutuações em taxas de juros, aumentando as despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos.

Análise de sensibilidade

A companhia e suas controladas mantêm quase a totalidade de seus empréstimos e aplicações financeiras indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Foram efetuados testes de sensibilidades para cenários adversos, com deterioração superior e inferior a taxa do CDI em 10% e não se observou impactos substanciais de aumento ou redução na dívida líquida das empresas.

Contratos de concessão

Como a Companhia administra contratos de concessão, algumas de suas controladas foram constituídas com fins específicos de promover a execução de contratos de concessão. A continuidade da operação destas controladas depende da manutenção dos encargos e responsabilidades definidos nos contratos. Em algumas situações, como se trata de serviços de interesse público, o Poder concedente tem o direito de rescindir o Contrato de concessão antes do término ou ainda não autorizar a sua renovação. Ademais, considerando que algumas controladas executam a gestão de contratos de concessão, elas possuem um único cliente por contrato. Essas controladas apresentam risco de não recebimento ou recebimento em atraso por parte destas municipalidades, podendo afetar a gestão do fluxo de caixa.

Risco de preços

Os valores das tarifas dos serviços prestados são reajustados, na maioria dos contratos de concessão, anualmente, com base na variação do IGP-M e em índices definidos pelo Poder concedente, considerando a variação na estrutura de custos e de mercado da Companhia e suas controladas, nas características dos sistemas e serviços concedidos e em eventuais estímulos à eficiência e à modalidade das tarifas. As tarifas de acordo com o contrato de concessão devem garantir o equilíbrio econômico-financeiro do Grupo.

- ***Risco de crédito***

O risco de crédito decorre de caixa e equivalente de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes públicos e privados, incluindo contas a receber em aberto.

Concentração de receitas

Conforme comentado anteriormente, parte das receitas com prestações de serviços são advindas de controladas constituídas com o propósito específico de executar serviços de coleta, tratamento e destinação final de resíduos para uma única municipalidade, possuindo, portanto, um único cliente. Essas companhias apresentam o risco de não recebimento de valores caso essas municipalidades enfrentem dificuldades orçamentárias. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas nas suas realizações (conforme nota explicativa nº7).

- ***Risco de liquidez***

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras brasileiras e financiamento próprio. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia dispõe de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais.

O quadro abaixo analisa os passivos da Companhia, por faixas de vencimento, que compreende ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores apresentados não contemplam taxa de descontos contratuais.

Consolidado					
Em 31 de dezembro de 2012	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	142.189	42.983	60.846	9.524	255.542
Fornecedores e outras contas a pagar	109.870	14.657	-	-	124.527
Salários, benefícios e encargos	54.181	-	-	-	54.181
Impostos, taxas e contribuições	68.408	-	-	-	68.408
Passivo fiscal diferido	294	26.235	-	-	26.529
Dividendos e juros capital próprio a pagar	33.031	-	-	-	33.031
Provisões	-	10.965	-	-	10.965
Adiantamentos de clientes	109	2.521	-	-	2.630
	408.083	97.361	60.846	9.524	575.814

Consolidado					
Em 31 de dezembro de 2011	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	62.195	39.584	18.270	7.979	128.028
Fornecedores e outras contas a pagar	48.258	4.587	-	-	52.845
Salários, benefícios e encargos	25.741	-	-	-	25.741
Impostos, taxas e contribuições	33.475	-	-	-	33.475
Passivo fiscal diferido	-	16.657	-	-	16.657
Dividendos e juros capital próprio a pagar	6.258	-	-	-	6.258
Provisões	-	7.489	-	-	7.489
Adiantamentos de clientes	125	9.428	-	-	9.553
	176.052	77.745	18.270	7.979	280.046

b. Gerenciamento de capital

Os objetivos da Companhia durante o processo de administração do seu capital é garantir a capacidade de continuidade das suas operações, visando oferecer retorno aos acionistas, bem como manter uma estrutura de capital ideal para diminuir esses custos.

Para manter boas práticas na gestão da estrutura de capital, a Companhia, quando aprovado pelos acionistas controladores, pode rever sua política de distribuição de dividendos (ou juros sobre capital próprio), emitirem novas ações ou reduzir capital.

A Companhia adota o índice de alavancagem financeira para monitorar e analisar a performance do seu capital. Esse índice é obtido mediante a divisão entre a dívida líquida pelo capital próprio total. Considera-se como dívida líquida, para fins desta análise, o saldo total de passivos subtraído o montante de caixa e equivalente de caixa.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2012 e 2011 podem ser apresentados conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	2012	2011
Total do passivo	575.813	280.046
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(118.000)	(23.774)
Dívida líquida	457.813	256.272

	Consolidado	
	2012	2011
Patrimônio líquido	227.516	144.647
Índice de alavancagem	2,01	1,77

c. Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 estão demonstrados a seguir:

		Consolidado			
		2012		2011	
Categoria		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	118.000	118.000	23.774	23.774
Contas a receber de clientes e outros créditos	Empréstimos e recebíveis	352.532	352.532	231.083	231.083
Total		470.532	470.532	254.857	254.857
Passivos financeiros					
Fornecedores e outras contas a pagar	Mens. pelo custo amortizado	124.527	124.527	52.845	52.845
Empréstimos e financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	255.542	255.542	128.028	128.028
Total		380.069	380.069	180.873	180.873

O valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e juros, foi determinado conforme descrito a seguir:

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.
- As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da quota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo.
- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

Os instrumentos financeiros foram classificados como empréstimos e recebíveis ou passivos financeiros ao custo amortizado, com exceção de (i) o instrumento de proteção cambial, que está mensurado ao valor justo por meio do resultado, (ii) aplicações financeiras (vide Nota Explicativa nº 6) que estão mensurados ao valor justo por meio do resultado, (iii) ativo financeiro dos contratos de concessão (vide Nota Explicativa nº 27) que está mensurado ao valor

justo por meio do resultado por representar os custos investidos em infraestrutura (bens reversíveis), que de outra forma seriam classificados como mantidos para venda. Desta forma, as contas a receber de clientes estão classificadas como empréstimos e recebíveis, fornecedores e demais contas a pagar estão classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

d. Hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros

Conforme o CPC n. 40, “Instrumentos Financeiros: Evidenciação”, o valor justo é definido como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou pago por transferir um passivo (preço de transferência) no principal ou o mais vantajoso mercado para o ativo ou passivo numa transação normal entre participantes independentes do mercado na data de mensuração. Adicionalmente, o IFRS nº 7 estabelecem uma classificação hierárquica em três níveis para mensuração do valor justo, com as seguintes definições:

- **Nível 1** - Trata-se de preços cotados (não ajustados) em mercados para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2** - Utilizam-se outras informações, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações constatadas no mercado para evidenciar a integridade dos termos dos ativos e passivos.
- **Nível 3** - Inserções para ativos ou passivos que não são baseadas nos dados apresentados pelo mercado. Ou seja, as informações são indisponíveis, reflexo da baixa ou nenhuma atividade de mercado e que são relevantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

Categoria	Consolidado			Valor justo
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	118.000	-	-
Contas a receber de clientes e outros créditos	Empréstimos e recebíveis	352.532	-	-
Total		470.532	-	-

6 Caixa e equivalentes de caixa

São compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Caixa	60	31	134	64
Bancos	12.272	1.163	85.491	9.992
Aplicações financeiras				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	8.726	2.081	32.375	13.718
	21.058	3.275	118.000	23.774

Caixa e equivalente de caixa são, substancialmente, determinados na moeda real brasileira.

As aplicações financeiras referem-se, principalmente, a certificados de depósitos bancários, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação do CDI, não excedendo os seus respectivos valores de mercado, e não estão sujeitas a riscos de mudança significativa de valor.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e liquidez são divulgadas na Nota Explicativa nº 5.

Em 2012 houve variação no consolidado referente a consolidação da VVR no montante de R\$ 44.558, conforme Nota Explicativa nº 2.

7 Contas a receber de clientes e outros créditos

São compostas como segue:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
Cientes públicos					
Valores faturados		43.809	63.239	127.463	134.549
Medições a faturar		25.909	21.670	126.184	59.485
Ativo financeiro (recebível da concessão)		-	-	12.771	-
Total		<u>69.718</u>	<u>84.909</u>	<u>266.418</u>	<u>194.034</u>
Cientes privados					
Valores faturados		1.071	921	11.848	15.002
Medições a faturar		224	687	3.402	807
Total		<u>1.295</u>	<u>1.608</u>	<u>15.250</u>	<u>15.809</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		<u>(1.442)</u>	<u>(1.230)</u>	<u>(3.886)</u>	<u>(3.322)</u>
Total contas a receber de clientes, líquidos		<u>69.571</u>	<u>85.287</u>	<u>277.782</u>	<u>206.521</u>
Cientes circulante		<u>63.349</u>	<u>79.065</u>	<u>236.547</u>	<u>187.580</u>
Cientes não circulante		<u>6.222</u>	<u>6.222</u>	<u>41.235</u>	<u>18.941</u>
Partes relacionadas	24	72.558	23.371	63.645	12.231
Outros créditos		9.426	9.487	11.105	12.331
Total circulante		<u>82.964</u>	<u>94.643</u>	<u>258.416</u>	<u>203.493</u>
Total não circulante		<u>68.591</u>	<u>23.502</u>	<u>94.116</u>	<u>27.590</u>
Total		<u>151.555</u>	<u>118.145</u>	<u>352.532</u>	<u>231.083</u>

A exposição ao risco de crédito da Companhia está limitada ao valor das contas a receber mencionadas acima. O valor do risco efetivo de possíveis perdas está incluído no saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

O *Aging list* das contas a receber é composto como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Valores a vencer	23.790	21.193	102.495	73.595
Vencidos				
Até 30 dias	22.113	45.125	78.822	81.760
Entre 31 e 60 dias	4.528	2.869	8.379	4.309
Entre 61 e 90 dias	4.472	4.763	13.651	10.116
Entre 91 e 180 dias	7.189	2.006	23.014	7.692
Entre 181 e 360 dias	23.696	19.917	38.187	29.343
Acima de 360 dias	67.209	23.502	91.870	27.590
PCLD	(1.442)	(1.230)	(3.886)	(3.322)
Total	151.555	118.145	352.532	231.083

A PCLD é calculada apenas sobre clientes privados. Os vencidos a mais de 360 referem-se basicamente a clientes públicos e partes relacionadas.

Dos principais saldos vencidos a mais de 180 dias, aproximadamente 90% referem-se a clientes públicos. A provisão para crédito de liquidação duvidosa, considerada exclusivamente para clientes privados, foi constituída com base em análises de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação específica de cada cliente, a situação econômico-financeira ao qual pertencem, as garantias legais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos externos. A Administração julga que a provisão constituída é suficiente para cobrir possíveis perdas sobre os valores a receber.

Em 31 de dezembro de 2012, as contas a receber possuem montantes vencidos há longa data junto a clientes públicos, sendo R\$ 6.222 da Prefeitura do Município de São Paulo/SP, R\$ 4.721 da Prefeitura do Município de Governador Valadares/MG, e R\$ 7.851 da Prefeitura do Município de Canoas - RS. Para esses casos, a Companhia intentou e mantém ação judicial de cobrança dos valores a receber em razão da inadimplência acima da média do setor.

Para as contas de ativos e passivos monetários, tanto de curto como de longo prazo, a Companhia e suas controladas avaliaram os impactos decorrentes do ajuste a valor presente e não houve necessidade de se registrar um ajuste a valor presente, conforme requerido no CPC 12 "Ajuste a valor presente".

O ativo financeiro consolidado no montante total de R\$ 12.771 refere-se aos ativos imobilizados do poder concedente, construídos e administrados pela controlada Loga, cujo contrato de concessão dá para a controlada o direito incondicional de receber caixa por esses investimentos realizados. O ativo financeiro é registrado separadamente do contas a receber devido a se tratar de recebíveis sobre a construção a ser reembolsada, enquanto no contas a receber está registrada a prestação de serviços.

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa em 2012 é apresentada com segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(3.322)
Créditos provisionados no exercício	(564)
Créditos baixados definitivamente da posição	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>(3.886)</u>

8 Investimentos

O saldo do investimento é demonstrado no quadro abaixo

Empresas controladas e outras	Capital social	Participação societária - %	Patrimônio líquido	Lucro / (prejuízo) líquido do exercício	Equivalência patrimonial	Saldo de investimento	
						2012	2011
Inova	1.000	51,00	2.000	32.737	16.696	1.020	1.588
VVR	32.370	50,00	33.654	24.989	12.494	16.842	15
Alfenas	627	51,00	1.192	565	291	608	-
Riopar	23.032	70,00	23.816	13.266	9.286	16.671	16.122
Battre	1.400	100,00	1.400	2.048	2.048	1.400	1.400
Viasolo Engenharia Ambiental	15.000	51,00	23.577	1.722	878	12.024	11.682
São Carlos Ambiental	10	100,00	(4)	(14)	(14)	(4)	10
SI Ambiental	1.027	100,00	1.232	488	488	1.232	1.928
Boechat	4.548	51,00	2.219	(811)	(414)	1.132	1.545
Farroupilha	181	100,00	217	451	451	217	541
Rio Grande Ambiental	435	100,00	522	1.811	1.811	522	954
Abrantes Ambiental	133	57,14	133	2.078	1.187	76	76
Guama	4.030	100,00	3.131	(899)	(899)	3.131	-
Biotérmica	7	70,00	1	-	-	1	-
SBC	100	75,00	120	8.142	6.107	90	-
Total dos investimentos da controladora					50.412	54.962	35.861
Ágio:							
BOECHAT						867	5.330
RIOPAR						9.768	16.683
						65.597	57.874

As mutações dos investimentos são compostas pelas seguintes movimentações ocorridas em 2012:

Empresas controladas e outras	Saldo de investimento em 2011	Equivalência patrimonial	Dividendos e juros sobre o capital próprio	Aumento de capital/aquisição de investimentos	Transferência de ágio para intangível ref. alocação	Saldo de investimento em 2012
Inova	1.588	16.696	(17.674)	410	-	1.020
VVR	15	12.494	(13.097)	17.430	-	16.842
Alfenas	-	291	-	317	-	608
Riopar	16.122	9.286	(8.810)	73	-	16.671
Battre	1.400	2.048	(2.048)	-	-	1.400
Viasolo Engenharia Ambiental	11.682	878	(536)	-	-	12.024
São Carlos Ambiental	10	(14)	-	-	-	(4)
SI Ambiental	1.928	488	(1.183)	-	-	1.232
Boechat	1.545	(414)	-	-	-	1.132
Farroupilha	541	451	(776)	-	-	217
Rio Grande Ambiental	954	1.811	(2.242)	-	-	522
Abrantes Ambiental	76	1.187	(1.187)	-	-	76
Guama	-	(899)	-	4.031	-	3.132
Biotérmica	-	-	-	1	-	1
SBC	-	6.107	(6.092)	75	-	90
	35.861	50.411	(53.645)	22.337	-	54.962
Ágio:						
Boechat	5.330	-	-	-	(4.463)	867
Riopar	16.683	-	-	-	(6.915)	9.768
Total dos investimentos da controladora	57.874	50.411	(53.645)	22.337	(11.378)	65.597

9 Imobilizado

O saldo da controladora é composto como segue:

	Taxa média anual %	2012			2011
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Centrais de tratamento de resíduos - Aterros					
Aterro e infra em aterros	(*)	3.319	(1.893)	1.426	1.871
Terrenos e Edificações e Construção Civil		3.115	(5)	3.110	3.945
Benfeitorias em bens de terceiros	20	2.936	(153)	2.783	779
Máquinas e equipamentos	10	6.425	(200)	6.225	-
Móveis e utensílios	12,5	671	(147)	524	392
Equipamentos de informática	23,5	775	(242)	533	329
Veículos e equipamentos		9.665	(1.144)	8.521	-
Imobilizado em andamento		11.746	-	11.746	8.403
		<u>38.652</u>	<u>(3.784)</u>	<u>34.868</u>	<u>15.719</u>

(*) Os aterros e respectivas infraestruturas são amortizados de acordo com a quantidade de resíduos efetivamente depositados, com relação à capacidade total estimada dos aterros.

Garantia

Os financiamentos dos ativos imobilizados são garantidos por meio de aval da Companhia. Estão sujeitos a garantia adicional, os financiamentos de projetos através de fiança bancária ou conta reserva e os financiamentos de máquinas e equipamentos através da alienação fiduciária dos bens.

Imobilizados em andamento

Durante o ano encerrado em 31 de dezembro de 2012, os principais ativos em construção referem-se à aterros sanitários.

As mutações do imobilizado estão demonstradas conforme segue:

Custo do imobilizado	2011	Adição	Baixa	Custo de fechamento e monitoramento de aterros	Transferência	2012
Centrais de tratamento de resíduos - Aterros:						
Aterro e infra em aterros	2.712	339	-	147	123	3.320
Terrenos e Edificações e Construção Civil	3.948	222	(2.589)	-	1.533	3.115
Benfeitorias em bens de terceiros	844	1.387	-	-	705	2.935
Máquinas e equipamentos	-	5.994	(145)	-	577	6.425
Móveis e utensílios	471	200	-	-	-	671
Equipamentos de informática	446	330	(2)	-	-	775
Veículos e equipamentos	-	9.665	-	-	-	9.665
Imobilizado em andamento	<u>8.403</u>	<u>6.278</u>	<u>4</u>	<u>-</u>	<u>(2.938)</u>	<u>11.746</u>
	<u>16.824</u>	<u>24.414</u>	<u>(2.732)</u>	<u>147</u>	<u>-</u>	<u>38.652</u>

Revita Engenharia S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011

Depreciação	2011	Adição	Baixa	Custo de fechamento e monitoramento de aterros		2012
				Transferência		
Centrais de tratamento de resíduos - Aterros						
Aterro e infra em aterros	(841)	(906)	-	(147)	-	(1.894)
Terrenos e edificações e construção civil	(3)	(2)	-	-	-	(5)
Benfeitorias em bens de terceiros	(65)	(88)	-	-	-	(153)
Máquinas e equipamentos	-	(200)	-	-	-	(200)
Móveis e utensílios	(79)	(68)	-	-	-	(147)
Equipamentos de informática	(117)	(125)	-	-	-	(242)
Veículos e equipamentos	-	(1.144)	-	-	-	(1.144)
	<u>(1.105)</u>	<u>(2.533)</u>	<u>-</u>	<u>(147)</u>	<u>-</u>	<u>(3.784)</u>
Líquido	<u>15.719</u>	<u>21.881</u>	<u>(2.732)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>34.868</u>

O saldo do consolidado é composto como segue:

	2012				2011	
	Taxa média anual %	Custo	Depreciação	Valor justo ativo imobilizado	Líquido	Líquido
Centrais de tratamento de resíduos - Aterros						
Aterro e infra em aterros	(*)	41.663	(7.430)	7.455	41.689	8.405
Terrenos e edificações e construção civil		6.900	(15)	-	6.886	10.130
Benfeitorias em bens de terceiros	20	9.489	(747)	-	8.742	972
Máquinas e equipamentos	10	35.674	(6.720)	-	28.954	2.403
Móveis e utensílios	12,5	2.567	(852)	-	1.715	931
Equipamentos de informática	23,5	3.539	(1.496)	-	2.043	763
Veículos e equipamentos		69.964	(27.814)	-	42.149	8.202
Imobilizado em andamento	-	24.603	-	-	24.603	33.068
		<u>194.399</u>	<u>(45.074)</u>	<u>7.455</u>	<u>156.781</u>	<u>64.874</u>

As mutações do imobilizado consolidado estão demonstradas conforme a seguir:

Custo do imobilizado	2011	Adição	Baixa	Valor justo ativo imobilizado	Custo de fechamento e monitoramento de aterros		Reorg. Societária	2012
					Transferência			
Centrais de tratamento de resíduos - Aterros								
Aterro e infra em aterros	9.980	6.301	-	7.455	1.598	23.784	-	49.118
Terrenos e Edificações e Construção Civil	10.301	228	(2.680)	-	-	(3.625)	2.677	6.900
Benfeitorias em bens de terceiros	1.249	3.578	-	-	-	4.662	-	9.489
Máquinas e equipamentos	3.672	18.001	(157)	-	-	5.147	9.011	35.674
Móveis e utensílios	1.405	747	(1)	-	-	-	416	2.567
Equipamentos de informática	1.530	1.426	(23)	-	-	5	600	3.539
Veículos e equipamentos	12.476	13.498	(620)	-	-	362	44.247	69.964
Imobilizado em andamento	33.068	19.365	3	-	-	(30.335)	2.502	24.603
	<u>73.682</u>	<u>63.145</u>	<u>(3.479)</u>	<u>7.455</u>	<u>1.598</u>	<u>-</u>	<u>2.502</u>	<u>201.854</u>
Depreciação								
Centrais de tratamento de resíduos - Aterros								
Aterro e infra em aterros	(1.573)	(4.259)	-	-	(1.598)	-	-	(7.430)
Terrenos e Edificações e Construção Civil	(171)	(53)	476	-	-	202	(470)	(15)
Benfeitorias em bens de terceiros	(275)	(426)	(0)	-	-	(45)	(0)	(747)
Máquinas e equipamentos	(1.269)	(3.553)	0	-	-	(122)	(1.775)	(6.720)
Móveis e utensílios	(475)	(172)	0	-	-	0	(206)	(852)
Equipamentos de informática	(768)	(359)	16	-	-	(1)	(384)	(1.496)
Veículos e equipamentos	(4.277)	(4.611)	543	-	-	(33)	(19.437)	(27.814)
	<u>(8.808)</u>	<u>(13.432)</u>	<u>1.036</u>	<u>-</u>	<u>(1.598)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(45.074)</u>
Líquido	<u>64.874</u>	<u>49.713</u>	<u>(2.442)</u>	<u>7.455</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>156.781</u>

- (*) As transferências referem-se a imobilizados em andamento encerrados, transferências para o intangível e reclassificações entre contas para melhor apresentação.

10 Intangível

O saldo do consolidado é composto como segue:

	Taxa média anual %	2012		2011		
		Custo	Depreciação	Valor justo ativo intangível	Líquido	Líquido
Centrais de tratamento de resíduos - Aterros						
Aterro e infra em aterros	(*)	92.857	(43.052)	-	49.805	27.209
Infraestrutura em transbordos	10	7.335	(3.856)	-	3.479	3.335
Edificações	3,11	27	(1)	-	26	71
Benfeitorias em bens de terceiros	9	2.934	(672)	-	2.262	453
Máquinas e equipamentos	10	16.568	(10.482)	-	6.087	5.840
Veículos e equipamentos	20	9.810	(6.511)	-	3.298	3.298
Intangível em andam.	-	9.453	-	-	9.453	18.020
Licença e direito de uso	-	41	(28)	-	13	-
Software	20	1.245	(594)	-	651	156
Carteira de clientes	-	-	-	7.313	7.313	-
Metano gerado pelo aterro	-	-	-	2.908	2.908	-
Contrato destinação do chorume	-	-	-	3.500	3.500	-
Licença da operação	-	-	-	2.543	2.543	-
Ágio	-	33.874	(1.057)	(10.620)	22.197	22.013
Ônus de concessão	-	1.000	(4)	-	996	-
		<u>175.145</u>	<u>(66.257)</u>	<u>5.644</u>	<u>114.532</u>	<u>80.395</u>

- (*) Os aterros e respectivas infraestruturas são amortizados de acordo com a quantidade de resíduos efetivamente depositados, com relação à capacidade total estimada dos aterros ou pela duração do contrato de concessão, dos dois o menor.

Intangíveis em andamento

Durante o ano encerrado em 31 de dezembro de 2012, os principais ativos reversíveis em construção referem-se a aterros sanitários.

As mutações do intangível estão demonstradas conforme a seguir:

Custo do intangível	2011	Adição	Baixa	Valor justo ativo intangível	Custo de fechamento e monitoramento de aterros	Transferência	Reorg. Societária	2012
Centrais de tratamento de resíduos - aterros:								
Aterro e infra em aterros	61.134	12.790	-	-	4.359	14.574	-	92.857
Infraestrutura em transbordos	6.697	288	-	-	-	350	-	7.335
Edificações	77	-	-	-	-	(50)	-	27
Benfeitorias em bens de terceiros	1.003	582	-	-	-	1.348	-	2.934
Máquinas e equipamentos	14.691	895	-	-	-	982	-	16.568
Veículos e equipamentos	8.788	1.022	-	-	-	-	-	9.810
Intangível em andamento	18.020	8.639	-	-	-	(17.205)	-	9.453
Licença e direito de uso	-	(0)	-	-	-	41	-	41
Software	285	172	-	-	-	(41)	829	1.245
Carteira de clientes	-	-	-	7.313	-	-	-	7.313
Metano gerado pelo aterro	-	-	-	2.908	-	-	-	2.908
Contrato destinação do chorume	-	-	-	3.500	-	-	-	3.500
Projeto de biogás	-	-	-	-	-	-	-	-
Licença da operação	-	-	-	2.543	-	-	-	2.543
Ágio	22.013	7.910	-	(10.620)	-	-	3.951	23.254
Ônus de concessão	-	1.000	-	-	-	-	-	1.000
	<u>132.709</u>	<u>33.297</u>	<u>-</u>	<u>5.644</u>	<u>4.359</u>	<u>-</u>	<u>4.780</u>	<u>180.789</u>

Amortização	2011	Adição	Baixa	Valor justo ativo intangível	Custo de fechamento e monitoramento de aterros	Transferência	Reorg. Societária	2012
Centrais de tratamento de resíduos - aterros								
Aterro e infra em aterros	(33.925)	(4.762)	-	-	(4.359)	(6)	-	(43.052)
Infraestrutura em transbordos	(3.363)	(494)	-	-	-	-	-	(3.856)
Edificações	(6)	(1)	-	-	-	6	-	(1)
Benfeitorias em bens de terceiros	(550)	(122)	-	-	-	-	-	(672)
Máquinas e equipamentos	(8.850)	(1.631)	-	-	-	-	-	(10.482)
Veículos e equipamentos	(5.491)	(1.021)	-	-	-	-	-	(6.511)
Licença e direito de uso	-	0	-	-	-	(28)	-	(28)
Software	(129)	(74)	-	-	-	28	(419)	(594)
Amortização de Ágio	-	(20)	-	-	-	-	(1.036)	(1.057)
Amort.Ônus concessão	-	(4)	-	-	-	-	-	(4)
	<u>(52.314)</u>	<u>(8.129)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4.359)</u>	<u>-</u>	<u>(1.455)</u>	<u>(66.257)</u>
Líquido	<u>80.395</u>	<u>25.169</u>	<u>-</u>	<u>5.644</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.324</u>	<u>114.532</u>

Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa (Teste de Imparidade)

O Teste de imparidade dos ativos e dos ágios das unidades geradoras de caixa de negócio das controladas pela Companhia foi baseado na metodologia do Fluxo de Caixa Descontado (FCD), com data-base de 31 de outubro de 2012.

O valor recuperável foi estimado através do valor presente dos fluxos de caixa futuros que a companhia espera obter de suas controladas, a fim de determinar o fluxo de caixa da companhia consolidado.

Metodologia Aplicada: Método do Fluxo de Caixa Descontado.

Período Projetivo: 1º de novembro de 2012 a 31 de outubro de 2030, de acordo com o prazo de vigência dos contratos.

Moeda: Projeções em moeda constante e em reais (R\$), ou seja, desconsiderando o efeito inflacionário.

Impostos Diretos: Foram considerados os impostos sobre a Receita Bruta cabíveis à operação da empresa.

Taxa de Desconto: Foi calculada de acordo com a metodologia do *WACC (Weighted Average Cost of Capital)*, sem considerar o imposto sobre o lucro conforme as orientações do CPC 01.

Projeções: A base utilizada nas projeções foi o planejamento orçamentário quinquenal de 2012 a 2017 e de 2018 em diante foi utilizado o método de projeção constante.

Resultado do teste de imparidade

Como resultado do teste de imparidade, nenhuma das unidades de negócio das subsidiárias da Companhia demonstrou perda na realização de seus ativos, não havendo dessa forma a necessidade de constituir qualquer provisão para perda. Para tanto foi realizada a comparação entre o Valor em Uso e o Valor Contábil, concluindo-se que o último está registrado por um valor inferior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

Empresa	Data base	Período projetivo	Desconto- %	Ativos	Ágio	Valor contábil	Valor em uso
VVR	31/10/2012	01/11/ 2012 a 31/10/ 2024	8,82	4.282	-	7.216	7.309
Loga	31/10/2012	01/11/ 2012 a 31/10/ 2024	8,82	37.733	2.935	37.733	64.408
Revita	31/10/2012	01/11/ 2012 a 31/10/ 2017	8,82	111.330	-	111.330	232.209
Inova	31/10/2012	01/11/ 2012 a 31/10/ 2017	8,82	31.215	-	31.215	306.209
Battre	31/10/2012	01/11/ 2012 a 31/10/ 2019	8,82	47.453	-	47.453	88.067
Viasolo	31/10/2012	01/11/ 2012 a 31/10/ 2017	8,82	31.820	-	31.820	41.249
Abrantes	31/10/2012	01/11/ 2012 a 31/10/ 2017	8,82	6.757	-	6.757	26.289
SLA	31/10/2012	01/11/ 2012 a 31/10/ 2023	8,82	13.691	-	13.691	32.436
São Carlos	31/10/2012	01/11/ 2012 a 31/10/ 2030	8,82	6.082	-	6.082	16.581
Farroupilha	31/10/2012	01/11/ 2012 a 31/10/ 2016	8,82	3.470	-	3.470	3.742
RGA	31/10/2012	01/11/ 2012 a 31/10/ 2025	8,82	6.578	-	6.578	47.435
Riograndense	31/10/2012	01/11/ 2012 a 31/10/ 2030	8,82	29.808	16.682	46.490	184.396
Alfnas	31/10/2012	01/11/ 2012 a 31/10/ 2031	8,82	3.991	-	3.991	6.320
Boechat	31/10/2012	01/11/ 2012 a 31/10/ 2022	8,82	9.012	5.330	14.342	39.903
				<u>343.222</u>	<u>24.947</u>	<u>368.168</u>	<u>1.096.553</u>

Alocação do ágio

Conforme disposto no CPC 15 (“Combinação de Negócios”), determina que seja feita a alocação do preço de aquisição para subsidiar a elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. Como resultado desta análise foram identificados ajustes necessários em ativos e passivos já existentes, de maneira que refletissem seus valores justos e também ativos intangíveis não registrados, conforme segue:

	<u>Mais valia ou valor justo</u>	
	RIOPAR	BOECHAT
Ajustes no consolidado Revita		
Ativo imobilizado	7.421	34
Ativo intangível		
Relacionamento de clientes	7.313	-
Metano gerado pelo aterro	2.908	-
Contrato destinação do chorume	3.500	-
Licença de operação	-	2.543
Total	<u>21.142</u>	<u>2.577</u>
IR/CS diferido sobre os ajustes (Passivo)	<u>(7.188)</u>	<u>(876)</u>
Ajuste no patrimônio líquido das controladas	<u>13.954</u>	<u>1.701</u>
Ajustes na Revita		
Valor justo na Revita (resultado abrangente - PL)	<u>9.768</u>	<u>867</u>

Como resultado final do presente trabalho, foi obtida uma parcela de ágio justificável por expectativa de rentabilidade futura no valor de:

	RIOPAR	BOECHAT
Valor original do ágio	16.683	5.330
Alocações do ágio	<u>(9.768)</u>	<u>(867)</u>
Ágio remanescente (expectativa de rentabilidade futura)	<u>6.915</u>	<u>4.463</u>

11 Fornecedores e outras contas a pagar

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
Fornecedores		22.808	13.003	85.942	44.797
Partes relacionadas	24	6.596	2.370	35.518	7.969
Credores diversos		1.300	-	3.067	79
		<u>30.704</u>	<u>15.373</u>	<u>124.527</u>	<u>52.845</u>
Circulante		26.517	15.087	109.870	48.258
Não circulante		4.187	286	14.657	4.587

12 Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição do Grupo a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, observar Nota Explicativa nº 5.

As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue:

Modalidade	Encargos financeiros - %	Vencimento	Consolidado	
			2012	2011
Recursos Finame	4% aa a 7,9% aa + TJLP; Pré-fixada 2,5% aa a 10,9% aa; Cesta de Moeda + 3,3% aa a 4,95%aa	De janeiro de 2013 a novembro de 2017	50.236	28.252
Conta garantida e capital de giro	1,91%aa a 8,08%aa + CDI e Pré-fixada de 14,57%aa a 17,46% aa; Libor + 2% aa	De janeiro de 2013 a abril de 2016	148.447	59.140
Arrendamento mercantil	1,6%aa a 5,23%aa + CDI e Pré-fixada de 13,81% aa a 19,99% aa	De maio de 2013 a fevereiro de 2017	5.731	7.641
BNDES	1,4% aa a 7% aa + TJLP; Pré-fixada 7,3% aa a 9,5% aa; Cesta de Moeda + 3,8% aa a 6,6%aa	De março de 2013 a abril de 2023	51.128	32.995
Total			<u>255.542</u>	<u>128.028</u>
Circulante			142.189	62.195
Não circulante			113.353	65.833

Os financiamentos com recursos do Finame estão garantidos pelos bens financiados. Os empréstimos das controladas estão garantidos por avais da respectiva controladora na proporção de sua participação societária.

Os montantes da parcela não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	2012	2011
Vencimento		
2013	-	20.987
2014	42.985	18.597
2015	32.417	8.989
2016	15.597	6.532
2017	8.321	2.749
2018	4.510	2.749
2019	2.532	2.013
2020	2.532	981
2021	2.532	981
2022	1.445	981
2023	482	274
Total	113.353	65.833

13 Salários, benefícios e encargos sociais

Os saldos das contas de salários e encargos trabalhistas nos períodos findos em 31 de dezembro 2012 e 2011 são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Salários	2.934	2.532	13.136	7.678
Encargos trabalhistas	1.787	1.629	5.878	3.490
Férias	7.087	5.570	28.880	11.208
Participação nos resultados	1.360	1.095	6.287	3.365
	13.168	10.826	54.181	25.741

Planos de contribuição definida

Aos funcionários que aderiram a Companhia provê um plano de previdência privada. Esse plano multipatrocinado de contribuição definida conta também com contribuições dos beneficiários. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, os custos incorridos com a manutenção do plano somaram R\$ 932 (R\$ 291 em 2011) no consolidado, os quais foram reconhecidos diretamente no resultado.

Participação nos resultados

Algumas controladas constituíram provisões para participação nos resultados a empregados e administradores (que também são empregados) com base no alcance das metas operacionais de desempenho e de qualidade dos serviços prestados, conforme previsto nos acordos coletivos de trabalho firmados com os sindicatos, nos valores de R\$ 1.468 e R\$ 5.626 (R\$ 63 e R\$ 800 em 2011).

14 Provisões

	Consolidado	
	2012	2011
Contingências	4.394	1.511
Urbanização de aterro	5.957	5.978
Programa de conscientização	614	-
	<u>10.965</u>	<u>7.489</u>

a. Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais em andamento, decorrentes do curso normal de seus negócios, para os quais foram constituídas provisões considerando os prognósticos feitos por seus assessores legais. Os saldos finais, após a dedução dos respectivos depósitos judiciais, estão demonstrados a seguir:

As mutações das contingências estão demonstradas conforme segue:

	Cível	Trabalhista	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	25	1.486	1.511
Adições	376	781	1.157
Reorganização societária	2.953	525	3.478
Reversões	(170)	(1.342)	(1.512)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>3.184</u>	<u>1.450</u>	<u>4.634</u>
Depósitos judiciais relacionados			
Aos processos provisionados	-	(240)	(240)
	<u>3.184</u>	<u>1.210</u>	<u>4.394</u>

b. Provisão para urbanização de aterros

A Companhia reconheceu provisões para cobrir os prováveis gastos de fechamento e pós-fechamento dos aterros sanitários no montante de R\$ 5.957 (R\$ 5.978 em 2011). O montante reconhecido representa a melhor estimativa das despesas necessárias para liquidar a obrigação mensurada a valor presente na data atual. Essas estimativas a valor presente são descontadas utilizando uma taxa de juro de 11,42% ao ano (11,42% em 2011). A taxa de juro de desconto inclui as melhores estimativas da administração para a taxa de juros de longo prazo no Brasil.

Urbanização de aterro sanitário

A NBR nº 13.896/1997 introduziu uma série de obrigações relativas ao fechamento e as atividades a serem realizadas após o fechamento dos aterros. Nesse documento são estabelecidas diretrizes que precisam ser seguidas pelo proprietário do aterro, visando a minimização dos impactos do aterro após o seu fechamento bem como as atividades que devem ser executadas, ao longo de um período de 20 anos após o seu fechamento.

Estas obrigações dão origem a dois tipos de provisões (fechamento e pós-fechamento), calculadas especificamente para cada aterro, levando em conta as peculiaridades locais.

De acordo com o regime de competência, as provisões são registradas durante o período que o site está em funcionamento, proporcionalmente ao esgotamento da capacidade do aterro. Custos a serem incorridos até a data de fechamento de um site ou durante o período de acompanhamento a longo prazo (20 anos) são descontados a valor presente. Um ativo é registrado como uma contraparte contra a provisão e é depreciado de acordo com o esgotamento da capacidade do aterro ou a necessidade de cobertura durante o período.

O cálculo da provisão de fechamento depende do custo de execução da cobertura final do aterro, definida no licenciamento ambiental realizado. Os valores apresentados nas demonstrações financeiras visam cobrir os custos de execução das áreas de cobertura final ainda não executadas. Essa provisão é revista todo ano baseada na área de cobertura já devidamente instalada e a área que ainda precisa ser coberta.

Os cálculos da provisão de pós-fechamento dependem de vários fatores, podendo-se destacar:

- O tipo de cobertura final que será instalada (permeável, semi-permeável ou impermeável) uma vez que o tipo de cobertura tem influência decisiva na geração de percolado do aterro e, portanto, sobre os custos futuros para o tratamento de tais efluentes.
- Manutenção da infra-estrutura existente (estradas, cercas, prédios, cobertura vegetal, sistemas de drenagem superficial de biogás e de percolado, sistemas de tratamento de percolado, etc.)
- Demolição de instalações utilizadas enquanto o site estava em operação e que não são mais necessárias;
- Monitoramento ambiental da qualidade das águas subterrâneas e superficiais, dos gases emitidos e do percolado gerado;
- Monitoramento da estabilidade geotécnica do aterro;
- Manutenção e substituição de poços de monitoramento e instrumentação geotécnica instalada (piezômetros, marcos de recalque, etc.);
- Custos de tratamento de percolado;
- Custos de manutenção do sistema de coleta e tratamento do biogás gerado.

A provisão de pós-fechamento do aterro que deve ser registrada nas demonstrações contábeis, ao final de cada ano, depende da velocidade de preenchimento do aterro, dos custos estimados agregados por ano e por site (com base no padrão ou custos específicos), da data de fechamento estimado do site e da taxa de desconto aplicada a cada site (dependendo de sua vida residual).

Abaixo demonstramos a movimentação da provisão no ano de 2012:

	Consolidado	
	2012	2011
Saldo em 31 de dezembro	5.978	5.616
Provisões constituídas	3.290	1.376
Reversões/realizações	(3.311)	(1.014)
Saldo em 31 de dezembro	5.957	5.978

15 Dividendos

São compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	Saldo a receber		Saldo a pagar	
	2012	2011	2012	2011
Battre	-	7.258	-	-
Viasolo	2.048	1.115	-	1.054
São Carlos	-	505	-	-
Farroupilha	777	75	-	-
RGA	2.242	1.311	-	-
SL Ambiental	1.184	1.372	-	-
Camaçari	-	3.304	-	-
Abrantes	1.188	1.691	-	-
Inova	16.285	493	-	-
Sil	-	242	-	-
Solvi	-	-	-	-
VVR	13.097	-	8.942	-
Jotage - Dividendos	-	-	899	2.555
SBC	3.091	-	-	-
RioPar	3.870	-	2.660	2.176
Paulitec-Dividendos	-	-	2.874	87
Vital-Dividendos	-	-	12.772	386
LARA Central	-	-	1.031	-
Outros	-	-	3.853	-
Total	43.782	17.366	33.031	6.258

16 Impostos, taxas e contribuições

É composto como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
ISS sobre vendas	2.046	3.118	10.153	7.430
PIS sobre vendas	1.814	1.432	7.693	3.376
COFINS sobre vendas	6.371	6.175	32.604	14.674
Imposto de renda fonte	395	234	987	446
Outros	572	248	2.948	5.960
Total	11.198	11.207	54.385	31.886

17 Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia e sua controlada possuíam registrados ativos e passivos de Imposto de Renda e contribuição social diferidos relacionados com diferenças temporárias representadas por provisões não dedutíveis e lucros não realizados oriundos de valores a receber de municipalidades, conforme permitido pela legislação do Imposto de Renda. A composição desses diferidos é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Prejuízos fiscais acumulados	1	899	7.085	3.545
Diferenças temporárias				
Provisão para contingências	32	269	4.903	1.797
Provisão para participação nos resultados	1.442	1.059	5.550	2.275
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.442	1.230	3.886	3.322
Provisão para urbanização de aterro	147	116	5.957	5.978
Valor justo de ativo	-	-	(23.718)	-
Outros	(73)	-	1.960	(709)
Lucros não realizados sobre contas a receber de clientes públicos	(15.151)	(21.370)	(51.474)	(48.287)
Total	(12.160)	(17.796)	(45.851)	(32.079)
Alíquotas - %	34	34	34	34
Imposto de Renda e contribuição social diferidos, líquidos	(4.134)	(6.050)	(15.589)	(10.907)
Provisão para o não reconhecimento do imposto diferido sobre prejuízos fiscais	-	-	(1.912)	(670)
Imposto de Renda e contribuição social diferidos	(4.134)	(6.050)	(17.501)	(11.577)
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	1.017	1.215	8.734	5.080
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	(5.151)	(7.265)	(26.235)	(16.657)

Em 31 de dezembro de 2012, a reconciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social devidos, tendo como base as alíquotas aplicáveis e a provisão efetiva reconhecida no resultado, é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Lucro (prejuízo) antes dos impostos e das participações no resultado	59.094	44.974	136.038	67.852
Efeito RTT	(573)	(465)	3.911	235
	58.521	44.509	139.949	68.087
Alíquota nominal do Imposto de Renda e da contribuição social - %	34	34	34	34
Despesa esperada com Imposto de Renda e contribuição social	(19.897)	(15.133)	(47.583)	(23.150)
Efeito do Imposto de Renda e da contribuição social sobre:				
Equivalência patrimonial	16.063	6.033	-	-
Diferenças permanentes	-	-	-	-
Despesas de gratificação, bônus e doações	(3.433)	(601)	(4.423)	(946)
Despesas com brindes/multas	(82)	(39)	(274)	(123)
Provisão Participação nos resultados	(153)	-	(640)	(174)
13º salário diretores	(136)	-	(218)	(35)
Provisão para o não-reconhecimento do IR diferido sobre prejuízo fiscal e diferimento temporário	-	-	(1.082)	(539)
Outras	2.949	1.038	4.463	2.600
	(4.689)	(8.702)	(49.757)	(22.367)
Corrente	(6.606)	(3.475)	(51.368)	(14.535)
Diferido	1.917	(5.227)	1.611	(7.832)

18 Patrimônio líquido

a. Capital realizado

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2012 está representado por 126.477.321 ações ordinárias nominativas, com valor de R\$ 1,00 cada uma, perfazendo um total de R\$ 126.477 registrado na rubrica “Capital social”.

Conforme atas de assembleias gerais extraordinárias ocorridas em 1º de dezembro e 31 de dezembro de 2012, houve aumento de capital de R\$ 25.747.

b. Dividendos

O estatuto da Companhia estabelece a distribuição de dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido, ressalvadas as hipóteses previstas em lei.

c. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do art. 196 da Lei nº 6.404/76 e alterações feitas pela Lei nº 11.638/07, e tem como objetivo a aplicação em futuros investimentos.

19 Receitas

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Clientes públicos	270.352	194.782	1.052.966	456.065
Clientes privados	28.526	8.414	50.204	20.761
	298.878	203.196	1.103.170	476.826
Total receita bruta de serviços	298.878	203.196	1.103.170	476.826
Receita de construção	-	-	20.549	25.323
	298.878	203.196	1.123.719	502.149
Total receita bruta	298.878	203.196	1.123.719	502.149

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Deduções sobre as vendas				
ISS	(12.399)	(9.058)	(50.278)	(19.113)
PIS	(4.931)	(3.306)	(18.134)	(7.175)
COFINS	(22.715)	(15.228)	(83.530)	(33.055)
ICMS	-	-	(62)	-
Total de deduções sobre as vendas	(40.045)	(27.592)	(152.004)	(59.343)
Receita líquida	258.833	175.604	971.715	442.806

A receita reconhecida com relação à construção em 2012 representa o valor justo do serviço prestado na construção da infraestrutura para prestação dos serviços. A receita, custo e lucro bruto nos contratos de concessão (Nota Explicativa nº 27) em 2012 são como se segue:

Empresa	Receita de construção	Custo de construção	Lucro bruto	Margem de lucro - %
Battre	13.332	13.053	279	2,1
RGA	4.966	4.476	490	10,9
Farroupilha	919	919	-	0,0
São Carlos	4.949	4.625	324	7,0
VVR	(3.667)	(3.667)	-	0,0
SLA	50	46	4	8,7
Total	20.549	19.452	1.097	

20 Despesas comerciais

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(212)	(204)	(563)	(204)
Baixa efetiva de títulos inadimplentes	-	-	(8.249)	-
Patrocínios, brindes e doações	(1.475)	(1.733)	(1.039)	(2.806)
Propaganda e publicidade	(3.989)	(2.114)	(8.324)	(3.047)
Outros	(189)	(206)	(590)	(659)
Total	(5.865)	(4.257)	(18.765)	(6.716)

21 Despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Remuneração direta mão de obra	(9.991)	(1.596)	(22.108)	(2.333)
INSS	(1.957)	(386)	(3.701)	(449)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
FGTS	(547)	(108)	(1.041)	(126)
Benefícios	(1.258)	(239)	(2.613)	(312)
Alugueis	(418)	(1.663)	(1.924)	(1.886)
Depreciação	(182)	(14)	(419)	(53)
Materiais	(32)	(6)	(693)	(76)
Fretes e carretos	(26)	(1)	(56)	(11)
Impostos federais	(72)	(73)	(616)	(283)
Serviços de terceiros	(10.349)	(9.173)	(20.305)	(19.358)
Tributos, seguros e contribuições	(415)	(279)	(1.154)	(3.307)
Viagens e estadias	(998)	(312)	(1.320)	(359)
Outros	(493)	(208)	(2.338)	(432)
Total	(26.738)	(14.058)	(58.288)	(28.985)

22 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receita (despesas) de aluguel	220	121	220	108
Resultado venda de imobilizado	-	19	24	281
Resultado de investimentos	72	-	56	-
Receitas eventuais	321	206	595	1.140
Total receitas	613	346	895	1.529
Despesas e provisões contingenciais	(525)	(301)	(1.316)	(1.181)
Patrocínio	(8.755)	(121)	(12.296)	(279)
Outras despesas e receitas	(79)	-	(759)	-
Total despesas	(9.359)	(422)	(14.371)	(1.460)
Total outras receitas (despesas)	(8.746)	(76)	(13.476)	69

23 Receitas (despesas) financeiras, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receitas financeiras				
Ajuste de valor presente das contas a receber	-	-	817	-
Receitas juros sobre contratos de mútuo	2.378	586	1.201	-
Variação monetária	-	-	540	539
Rendimentos sobre aplicações financeiras	627	408	2.498	1.421
Juros recebidos e descontos obtidos	126	124	3.093	548

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
	3.131	1.118	8.149	2.508
Despesas financeiras				
Varição monetária	(82)	1	(1.291)	(563)
Despesas bancárias	(325)	(154)	(1.480)	(401)
Despesas com juros e descontos concedidos	(700)	(875)	(4.464)	(2.140)
Despesas juros sobre contratos de mútuo	(30)	(1.710)	(829)	(2.170)
Despesas multas e moras financeiras	(83)	(87)	(240)	(301)
Tributos sobre movimentações financeiras	(1.216)	(530)	(3.995)	(1.048)
Juros sobre financiamento	(5.657)	(3.902)	(13.709)	(9.127)
Provisão para perda	-	9.242	-	9.242
	(8.093)	1.985	(26.008)	(6.508)
	(4.962)	3.103	(17.859)	(4.000)

24 Partes relacionadas

Remuneração de pessoal-chave da Administração

A Companhia e suas controladas pagaram a seus administradores, em salários e remuneração variável um total de R\$9.315 (R\$2.737 em 2011).

Outras transações com partes relacionadas

As contas a receber de partes relacionadas registradas no ativo circulante referem-se, substancialmente, à receita com prestação de serviço operacional, administrativa e financeira às respectivas partes relacionadas.

As contas a receber e pagar de partes relacionadas registradas no ativo não corrente refere-se, substancialmente, a recursos repassados às (captados das) controladas que são remuneradas por juros à taxa de aproximadamente 140% CDI.

a. Controladora

Os saldos a receber e a pagar e as transações com empresas relacionadas em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 são demonstrados como segue:

Empresa	Controladora					
	Saldo de contas a receber		Saldo de contas a pagar		Receitas (despesas)	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Prestação de serviços administrativos						
Vega Engenharia	555	-	54	-	204	-
Manaus Ambiental	633	2.253	-	-	-	-
EMG	-	-	-	-	(1)	(1)
SL Ambiental	1.966	1.259	-	-	(324)	1.259
Rio Grande Ambiental	1.282	432	-	-	1.506	647
Farroupilha	41	84	-	-	402	209

	Controladora					
	Saldo de contas a receber		Saldo de contas a pagar		Receitas (despesas)	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Empresa						
Abrantes	1.036	283	-	-	1.617	283
São Carlos	166	113	-	-	833	282
Solvi Participações	16	8	149	8	(1.991)	(4.314)
Instituto Solvi	-	-	7	-	-	-
Solvi Participações Projetos	17	-	-	-	-	-
Inova	4.134	-	-	-	16.722	-
CRVR	337	-	1.323	-	(6.005)	-
Boechat	8	-	-	-	-	-
Companhia Proj Ambientais	45	-	-	-	45	-
Battre	1.102	-	-	-	-	-
VVR	-	-	-	-	(6.620)	-
	<u>11.338</u>	<u>4.432</u>	<u>1.533</u>	<u>8</u>	<u>6.388</u>	<u>(1.635)</u>
Juros sobre capital próprio						
Solvi Participações	-	-	4.500	785	(7.143)	(5.480)
VVR	64	-	-	-	-	-
Battre	-	-	-	-	-	60
SL Ambiental	-	-	-	-	-	58
Farroupilha	-	-	-	-	-	18
Viasolo Engenharia	226	226	-	-	-	575
Rio Grande Ambiental	-	-	-	-	-	14
Abrantes	110	111	-	-	-	-
	<u>400</u>	<u>337</u>	<u>4.500</u>	<u>785</u>	<u>(7.143)</u>	<u>(4.755)</u>
Reembolso de despesas administrativas						
Solvi Participações	11	-	124	-	(2.492)	(2.431)
Battre	106	1.708	5	-	-	1.704
Viasolo Engenharia	33	35	13	-	-	-
Manaus Ambiental	1.620	-	-	-	-	-
Rio Grande Ambiental	16	4	3	-	-	-
Solvi Particip. Projetos	91	22	4	-	-	55
S.Leopoldo Ambiental	67	13	17	-	-	-
Vega Engenharia	2.282	7.061	195	-	-	(2.392)
Inova	498	407	97	-	-	-
São Carlos	52	46	8	-	-	-
BOB	52	7	-	-	-	-
Abrantes	1.073	624	-	-	-	-
Solvi Valorização	9	-	-	-	-	-
CRVR	822	-	-	-	-	(414)
Koleta	144	33	-	-	-	-
GRI	11	2	-	-	-	-
Revita	-	8	-	-	-	-
Essencis Soluções	-	-	-	1.291	-	-
SBC Valorização	162	-	-	-	-	-
Guamá	6	-	-	-	-	-
GMEC	44	1	-	-	-	-
	<u>7.099</u>	<u>9.971</u>	<u>466</u>	<u>1.291</u>	<u>(2.492)</u>	<u>(3.478)</u>
Total circulante	<u>18.837</u>	<u>14.740</u>	<u>6.499</u>	<u>2.084</u>	<u>(3.247)</u>	<u>(9.868)</u>
Contratos de mútuo						

Empresa	Controladora					
	Saldo de contas a receber		Saldo de contas a pagar		Receitas (despesas)	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Vega Engenharia	27.261	-	97	-	1.106	(1.655)
Boechat	7.327	5.113	-	-	720	328
S.Carlos Ambiental	1.360	52	-	-	15	39
S.Leopoldo Ambiental	-	974	-	-	180	20
Farroupilha	12	657	-	-	57	-
Rio Grande Ambiental	43	694	-	-	168	4
Abrantes Ambiental	-	1.141	-	-	9	191
Viasolo Engenharia	-	-	-	-	-	(29)
Koleta	985	-	-	-	17	-
GRI	954	-	-	-	16	-
VVR	4.726	-	-	-	45	-
Termoverde	275	-	-	-	4	-
Battre	1.401	-	-	-	12	-
Guamá	9.377	-	-	-	9	-
CRVR	-	-	-	286	(11)	-
Total não circulante	53.721	8.631	97	286	2.347	(1.102)

Os saldos de contas a receber com Inova e VVR referem-se a aluguel de veículos e equipamentos. O saldo de contas a receber com a Vega refere-se a prestação de serviços de *Management Fee*. O saldo de contas a pagar com a CRVR refere-se a prestação de serviços de destinação em aterros.

b. Consolidado

Os saldos e as transações entre a Companhia e suas controladas, que são suas partes relacionadas, foram eliminados na consolidação e não estão apresentados abaixo. As transações entre o Grupo e outras partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

Empresa	Consolidado					
	Saldo de contas a receber		Saldo de contas a pagar		Receitas (despesas)	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Prestação de serviços administrativos						
Solvi Participações	15	8	317	8	(4.499)	(4.314)
Termoverde	378	366	310	366	3.828	-
Essencis Soluções	-	300	5.939	-	-	-
Manaus Ambiental	633	2.253	28	-	-	-
Instituto Solví	-	-	17	-	-	-
EMG	-	-	333	-	(3.063)	-
VVR	972	-	8	-	(9.792)	-
SBC Valorização	-	-	161	-	-	-
Solvi Participações Projetos	17	-	34	-	-	-
Koleta	324	-	-	-	288	-
Companhia de Projetos Ambientais	45	-	-	-	45	-
Inova	2.528	-	-	-	-	-
Battre	149	-	58	-	-	-
Guama	63	-	-	-	-	-
Viasolo	256	-	97	-	-	-
Boechat	10	-	-	-	-	-

Empresa	Consolidado					
	Saldo de contas a receber		Saldo de contas a pagar		Receitas (despesas)	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
SL Ambiental	174	-	22	-	(1.032)	-
São Carlos	11	-	-	-	61	-
Farroupilha	85	-	-	-	-	-
Rio Grande Ambiental	130	-	16	-	411	-
Abrantes	789	-	251	-	-	-
CRVR	1.106	-	-	-	512	-
Vega Engenharia	3.819	-	9.043	-	3.860	(7.509)
	<u>11.504</u>	<u>2.927</u>	<u>16.634</u>	<u>374</u>	<u>(9.381)</u>	<u>(11.823)</u>
Reembolso de despesas administrativas						
Loga	109	109	-	-	-	-
Instituto Solvi	34	15	-	-	-	-
Termoverde Salvador	-	-	-	-	-	2.945
Viasolo Engenharia	2	52	-	-	-	-
Vega Engenharia	5.353	7.205	1.626	472	(10)	-
SL Ambiental	5	158	-	-	-	-
Manaus Ambiental	1.620	-	-	-	-	-
Abrantes ambiental	45	1.476	-	-	-	-
Battre	111	160	-	-	-	-
Rio Grande Ambiental	-	-	-	-	-	278
São Carlos Ambiental	-	45	-	-	-	-
Essencis Soluções	-	-	-	1.291	-	-
EMG	-	-	-	-	-	(5)
GMEC	44	1	-	-	-	-
GRI	33	25	-	-	-	9
Koleta	218	33	-	-	-	-
Solvi Saneamento	-	22	-	-	-	-
Solvi Particip. Projetos	91	-	5	-	-	55
Solvi Participações	2	3	1.671	460	(7.027)	(5.823)
Solvi Valorização Energética	9	-	-	-	-	-
SBC Ambiental	162	-	-	-	-	-
Inova	-	-	55	-	-	-
CRVR	-	-	-	-	-	(414)
Jotage	-	-	-	-	-	(17)
	<u>7.838</u>	<u>9.304</u>	<u>3.357</u>	<u>2.223</u>	<u>(7.037)</u>	<u>(2.972)</u>
Juros sobre capital proprio						
Solvi Participações	-	-	4.955	785	(7.143)	(5.482)
VVR	64	-	-	-	-	-
SL Ambiental	6	-	-	-	-	-
Farroupilha	-	-	6	-	-	-
	<u>70</u>	<u>-</u>	<u>4.961</u>	<u>785</u>	<u>(7.143)</u>	<u>(5.482)</u>
Total circulante	<u>19.412</u>	<u>12.231</u>	<u>24.951</u>	<u>3.382</u>	<u>(23.561)</u>	<u>(20.277)</u>
Contratos de mútuo						
Vega Engenharia	27.261	-	7.383	2.833	1.017	(1.997)
Jotagê	-	-	-	1.754	-	-
Viasolo Engenharia	-	-	-	-	-	(7)
Koleta	985	-	-	-	17	-

Empresa	Consolidado					
	Saldo de contas a receber		Saldo de contas a pagar		Receitas (despesas)	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
GRI	954	-	-	-	16	-
VVR	4.726	-	2.363	-	45	-
Termoverde	275	-	-	-	4	-
CRVR	2	-	-	-	2	-
Rio Grande Ambiental	-	-	-	-	(1)	-
Abrantes	-	-	-	-	(6)	-
Guamá	10.030	-	-	-	-	-
Minoritarios	-	-	821	-	-	-
Total não circulante	<u>44.233</u>	<u>-</u>	<u>10.567</u>	<u>4.587</u>	<u>1.094</u>	<u>(2.004)</u>

Os saldos de contas a receber e contas a pagar com a Vega refere-se a prestação de serviços de *Management Fee*. O saldo de contas a pagar da EMG refere-se a prestação de serviços de destinação em aterros. Os saldos de contas a receber da VVR refere-se a aluguel de veículos e equipamentos, da Termoverde refere-se a venda de Biogás. Os saldos de contas a pagar com a Solvi referem-se a repasses de custos e prestação de serviços de *Management Fee*.

25 Passivos contingentes

Ação Civil Pública - SL Ambiental

Em 9 de junho de 2005, o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (1ª Promotoria de Justiça Especializada de São Leopoldo), ingressou com Ação Civil Pública em face da Companhia e da Municipalidade, com o objetivo de ver declarada a nulidade do contrato de concessão dos serviços de limpeza urbana, tratamento e destinação final de resíduos, avençado entre a Companhia e o Município de São Leopoldo. Aguarda-se julgamento final de Reclamação interposta pela Companhia perante o STF, o qual deferiu liminar suspendendo o andamento do processo originário. A PGR emitiu parecer pela procedência da Reclamação. Considerando que não haverá desembolso financeiro no caso de sentença desfavorável, e que os assessores jurídicos avaliaram a probabilidade de perda como possível, não há provisão constituída para esse processo em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas são parte em diversos outros processos advindos do curso normal de suas operações. A Administração da Companhia e de suas controladas e seus assessores legais entendem que o desfecho desses processos não terá impacto significativo em sua posição patrimonial e financeira e no resultado de suas operações. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo dos processos passivos movidos contra a Companhia e suas controladas, cuja expectativa de perda é considerada possível, totaliza R\$13.177 (R\$3.846 em 2011).

Existe ação movida pelo Ministério Público contra a Companhia, que os advogados responsáveis pelas ações classificam a chance de êxito como sendo possível. Nessas ações a estimativa de valores das contingências fica prejudicada em função do grau de subjetividade e de variáveis a serem consideradas.

26 Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia e suas controladas mantêm coberturas de seguros de danos materiais, de responsabilidade civil e outros resultantes do desenvolvimento das atividades.

A Administração entende que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional, bem como o cumprimento das regras estabelecidas nos contratos de concessão.

As premissas de riscos adotados, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

27 Contratos de concessão

- **Direitos sobre a infraestrutura**

Conforme disposto pelo IFRIC 12, a infraestrutura construída ou adquirida junto a terceiros pela Companhia e suas controladas para o cumprimento dos contratos de prestação de serviços não deverá ser registrada como ativo imobilizado porque o contrato de concessão não transfere às concessionárias o direito de controle (muito menos de propriedade) do uso da infraestrutura de serviços públicos.

É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. As concessionárias controladas têm acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Os bens reversíveis anteriormente classificados no ativo imobilizado estão registrados no ativo intangível.

- **Ativo financeiro**

A Companhia reconhece um ativo financeiro à medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção; o concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei. O concessionário tem o direito incondicional de receber caixa se o concedente garante em contrato o pagamento (a) de valores preestabelecidos ou determináveis ou (b) insuficiência, se houver, dos valores recebidos dos usuários dos serviços públicos com relação aos valores preestabelecidos ou determináveis, mesmo se o pagamento estiver condicionado à garantia pelo concessionário de que a infraestrutura atende a requisitos específicos de qualidade ou eficiência.

O ativo financeiro consolidado é composto conforme segue:

	2012
Loga (a)	<u>12.771</u>
	<u><u>12.771</u></u>

- (a) Refere-se aos investimentos em infraestrutura realizados pela controlada Loga, o qual será recebida no período da concessão, conforme ICPC 01 (IFRIC 12), por meio da tarifa recebida mensalmente da Prefeitura do Município, conforme estabelecido em contrato.

• **Ativo intangível**

A Companhia reconhece um ativo intangível à medida que suas controladas concessionárias recebem o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público.

A Companhia e suas controladas registraram ativos intangíveis conforme detalhamento abaixo, anteriormente classificado como ativo imobilizado:

2012							
	Taxa média anual - %	BATTRE	Rio Grande Ambiental	Farroupilha	SL Ambiental	São Carlos Ambiental	Total
Centrais de tratamento de resíduos - Aterros							
Aterro e infra em aterros	(*)	45.005	3.642	1.158	-	-	49.805
Infraestrutura em transbordos	10	3.479	-	-	-	-	3.479
Terrenos e edificações e construção civil	0 a 4	-	-	-	26	-	26
Benfeitorias em bens de terceiros	9	661	1.582	20	-	-	2.263
Máquinas e equipamentos	10	3.695	1.295	539	486	71	6.086
Veículos e equipamentos	20	382	966	466	14	1.471	3.299
Intangível em andamento	-	845	3.390	270	25	4.923	9.453
		54.067	10.875	2.453	551	6.465	74.411

2011							
	Taxa média anual - %	BATTRE	Rio Grande Ambiental	Farroupilha	SL Ambiental	São Carlos Ambiental	Total
Centrais de tratamento de resíduos - Aterros							
Aterro e infra em aterros	(*)	22.949	4.258	-	-	-	27.207
Infraestrutura em transbordos		3.082	-	-	-	-	3.082
Estações de tratamento e redes de distribuição de água:							-
Infraestrutura - água e esgoto	4 a 5	-	-	-	-	-	-
Projetos expansão Infraestruturas	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos e Edificações e Construção Civil	0 a 4	248	43	-	33	-	324
Benfeitorias em bens de terceiros	8	431	-	23	-	-	454
Máquinas e equipamentos	11	3.640	1.310	282	593	14	5.839
Veículos e equipamentos	19	650	15	699	50	1.900	3.314
Intangível em andamento	-	15.878	1.256	787	-	79	18.000
		46.878	6.882	1.791	676	1.993	58.220